

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

A Transnordestina Logística S.A (TLSA) - é uma empresa privada controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998, incorporando os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente a malha Nordeste que era composta das seguintes superintendências regionais: SR 1 (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte), SR 11 (Ceará) e SR 12 (Piauí e Maranhão). Possui 4.238 km que se estendem pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Interliga as principais regiões produtoras a 06 (seis) Portos, sendo 03 (três) de grande calado: Itaqui (MA), Pecém (CE) e Suape (PE), além de contribuir grandemente na distribuição interna de produtos desses Estados.

Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A.

A concessão para prestação de serviços ferroviários no Nordeste Brasileiro encerra-se em 2027 e pode ser prorrogada por mais 30 anos.

Atualmente a TLSA está empreendendo esforços e investimentos na construção de uma ferrovia de classe mundial, cujo projeto foi denominando Nova Transnordestina. Esta malha ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.728 Km e um investimento orçado de R\$ 5,4 Bilhões. Está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 0,6% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,0% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa à maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo. Contempla também a instalação de terminais portuários de exportação de grãos sólidos, implantados estrategicamente próximos aos principais mercados consumidores e em portos capazes de operar com navios *cape size*, o que garantirá a competitividade do negócio.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do ano de 2012, comparando-os com os resultados do ano de 2011.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Neste semestre compete destacar:

- Receita Bruta de R\$ 80.461 mil;
- Volume faturado de 700.639 mil TKU (tonelada útil por quilômetro) e 1.391 TU (toneladas úteis);
- Consolidação do terminal de líquidos de Teresina, em parceria com a empresa Odjfell Terminals, permitindo o fechamento de contrato com as Distribuidoras Alesat, Total e Sobral & Palácio. Renovação contratual com os maiores *players* do segmento combustíveis em andamento, envolvendo as empresas BR Distribuidora, Ipiranga Produtos de Petróleo e Raizen;
- Retomado o transporte de coque de petróleo para o Cliente Votorantim Cimentos;
- Retomado o transporte de Calcário para o cliente Vale;
- Avançado o processo de implantação dos CDs da Apodi Cimentos (Teresina e São Luís), permitindo uma solução logística integrada (transporte ferroviário e armazenagem), ampliando ainda mais os negócios de transporte e também melhorando a Receita Alternativa.

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta em 2012 totalizou R\$ 80.461 mil (R\$ 86.993 mil em 2011) sendo composta da seguinte forma: receita de transporte R\$ 65.070 mil (R\$ 66.062 mil em 2011), Direito de Passagem R\$ 13.443 mil (R\$ 12.002 mil em 2011) e Gestão Patrimonial R\$ 1.948 mil (R\$ 8.929 mil em 2011). Quando comparada com o ano anterior, observa-se variação negativa de 7,5%, a qual foi impactada pela suspensão temporária da operação portuária em nossa receita (R\$ 6.983 em 2011).

Em 2012 a empresa faturou no total 700.639 mil TKU e 1.391 TU, enquanto em 2011 esses números foram 677.128 mil TKU e 1.415 TU. Os segmentos de Energia, Siderurgia, Construção foram responsáveis por 92% do total de TKU em 2012.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU) desconsiderando receitas acessórias, foi de R\$ 89,06 em 2012, representando um aumento de 2,1% quando comparado ao ano de 2011 R\$ 87,24.

ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

O segmento com maior destaque em 2012 foi o de Energia, seguido pelo de Siderurgia e Construção, os quais juntos foram responsáveis por 93% (78% em 2011) da receita bruta ferroviária, equivalente a R\$ 60.609 mil do total de R\$ 65.070 mil (R\$ 50.922 mil do total de R\$ 66.062 mil em 2011).

A tabela abaixo mostra a participação e evolução de cada segmento em relação total da ROB, TU e TKU nos anos de 2011 e 2012.

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%) PERÍODO 2012 E 2011

Segmento	Ano	Percentual ROB		Percentual TU		Percentual TKU	
		ROB	▲ p.p.	TU	▲ p.p.	TKU	▲ p.p.
Agricultura	2011	4%		2%		3%	
	2012	0%	(3)	1%	(1)	1%	(2)
Construção	2011	21%		28%		22%	
	2012	19%	(2)	33%	5	21%	(1)
Container	2011	2%		1%		2%	
	2012	1%	(1)	0%	(1)	1%	(1)
Energia	2011	42%		37%		34%	
	2012	47%	5	41%	4	36%	2
Minério	2011	13%		16%		14%	
	2012	5%	(8)	7%	(9)	6%	(8)
Siderurgia	2011	15%		15%		23%	
	2012	27%	12	17%	2	35%	11
Carga Geral	2011	4%		0%		1%	
	2012	0%	(4)	0%	(0)	0%	(1)

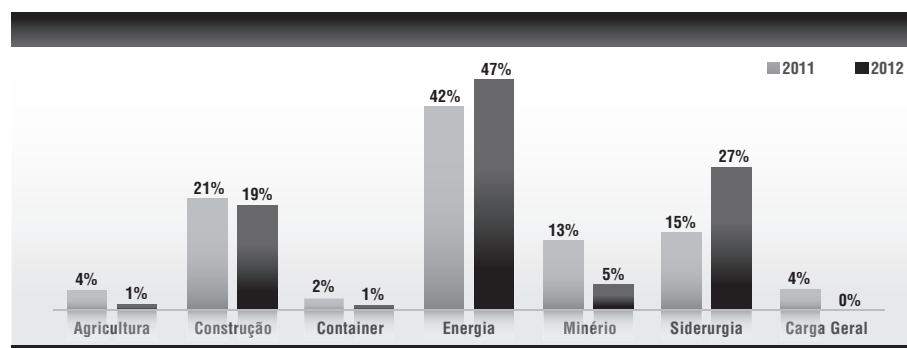
Os maiores destaques do segmento de Energia são o transporte de óleo diesel e gasolina que juntos somam 237.502 mil TKU do volume transportado (212.121 mil TKU em 2011), representando 95% do total do segmento. A ROB para este segmento em 2012 foi de R\$ 30.578 mil (R\$ 27.479 mil em 2011). Em relação a ROB total o segmento de energia obteve um aumento de 5 pontos percentuais em relação ao ano de 2011.

No segmento de Siderurgia, o faturamento em TKU, foi de 243.607 mil (158.874 mil TKU em 2011), onde os transportes de brita e alumínio representam 74% da TKU total (equivalente a R\$ 13.064 mil da ROB). A receita bruta de Siderurgia teve um aumento de 81% em relação ao ano de 2011 (de R\$ 9.596 mil para R\$ 17.385 mil em 2012). Este foi o segmento que mais aumentou sua participação em relação a ROB total. Obteve um acréscimo de 12 pontos percentuais em relação ao ano de 2011.

O destaque no segmento de construção é o transporte de cimento. Teve um pequeno aumento no volume transportado de 3% em relação a 2011. A participação do transporte de cimento em relação ao volume total deste segmento aumentou em 2 pontos percentuais de 2011 para 2012. A ROB deste segmento diminuiu 9%. Sua participação em relação ao total da ROB diminuiu em 2 pontos percentuais de acordo com o quadro demonstrado acima.

De maneira geral a Receita de Transporte Ferroviário Bruta teve um decréscimo de 2% em comparação com o ano de 2011 e acréscimo de 3% em relação ao volume de TKU transportada para o mesmo período.

O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR ÁREA DE NEGÓCIOS

Em 2012 a receita referente à área de São Luís totalizou R\$ 39.930 mil, o que equivale a 61% do total da Receita de Transporte no período. Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, percebe-se um aumento de 21 pontos percentuais em relação à participação no valor total da ROB. Os principais segmentos desta área de negócio são Energia e Siderurgia representando R\$ 39.487 mil (99% do total).

A área de negócio de Fortaleza participou com 39% da Receita de Transporte em 2012, com um total de R\$ 25.140 mil. Os segmentos predominantes desta área foram Construção, Energia e Siderurgia representando R\$ 20.769 mil (83% do total).

Não houve movimentação na área de negócio de Recife em 2012.

TOTAL ACUMULADO POR FILIAL

PERÍODO 2012 E 2011

Área negócio	Ano	ROB	▲ R\$ mil	TU mil	▲ R\$ mil	TKU mil	▲ R\$
Fortaleza	2011	33.295.502		778.146		350.390.117	
	2012	25.140.159	(8.155.343)	746.682	(31.464)	301.624.590	(48.765.527)
Recife	2011	6.229.251		111.793		54.519.409	
	2012	-	(6.229.251)	-	(111.793)	-	(54.519.409)
São Luís	2011	26.537.597		525.061		272.218.473	
	2012	39.929.933	13.392.336	644.554	119.492	399.013.713	126.795.239

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%) PERÍODO 2012 E 2011

Área negócio	Ano	Percentual ROB		Percentual TU		Percentual TKU	
		ROB	▲ p.p.	TU	▲ p.p.	TKU	▲ p.p.
Fortaleza	2011	50%		55%		52%	
	2012	39%	(12)	54%	(1)	43%	(9)
Recife	2011	9%		8%		8%	
	2012	0%	(9)	0%	(8)	0%	(8)
São Luís	2011	40%		37%		40%	
	2012	61%	21	46%	9	57%	17

DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de aderência (pontualidade de partida de trens) ficou em 78,69% em 2012. Em 2011 o índice foi de 83,18%.

O índice que mede a Eficiência Energética manteve-se o mesmo comparando-se os dois períodos com média de 7,60.

Em relação aos acidentes ferroviários por milhão de trem/km, tivemos uma redução de 42% comparando-se 2012 com 2011.

CUSTOS

O custo do serviço prestado (CSP) totalizou R\$ 50.811 mil em 2012 (R\$ 57.252 mil em 2011) representando um decréscimo de R\$ 6.441 mil (11,2%) quando comparado ao ano anterior.

O custo do transporte ferroviário é composto de folha de pagamento, materiais e serviços, respectivamente R\$ 18.727 mil reais (37%), R\$ 17.999 mil reais (35%) e R\$ 14.084 mil reais (28%). O custo com óleo diesel para tração na categoria de materiais acumulado para este ano chegou a R\$ 15.348 mil.

A eliminação das operações portuárias está em linha com a estratégia da Companhia, que foi de interromper as atividades para otimizar as margens de contribuição.

INVESTIMENTOS

As obras de implantação da Ferrovia Nova Transnordestina avançaram conforme cronograma de implantação, tendo como principal destaque em 2012 o término da montagem da superestrutura ferroviária nos trechos Salgueiro - Missão Velha, e continuação da montagem de grade em Salgueiro - Trindade e Salgueiro - Suape, totalizando 351 km de grade ferroviária montada. Ainda em 2012 foram iniciadas novas frentes de serviços de infraestrutura, abrangendo atualmente mais de 900 km de extensão em obras. Na parte de infraestrutura foram executados diversos serviços, totalizando mais de 30 milhões de m³ de escavação e mais de 24 milhões de m³ de aterro.

Somente no Projeto Nova Transnordestina foram investidos em 2012 R\$ 847,24 mi e em 2011 R\$ 1.335 bi. Nos lotes que se encontram em execução, também, foram iniciadas novas frentes de serviços.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da Obra em cada trecho do Projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/CE, com extensão de 95,46 km foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se praticamente concluídas, restando a fazer apenas alguns acabamentos referentes a drenagens.
- O trecho Salgueiro-Trindade tem extensão de 163,00 km, as obras foram iniciadas em fevereiro/2009. As obras avançam na parte de Infraestrutura e OAE em três frentes de serviços tendo mais de 94% da infraestrutura concluída e aproximadamente 56% da superestrutura.
- O trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE tem extensão de 420,00 km, destes, 331 km encontram-se em execução, correspondendo aos lotes de Projeto: EMT-01, EMT-02, EMT-05, EMT-06 e EMT-07. Os lotes EMT-07 e EMT-06 estão em processo de conclusão dos serviços de infraestrutura, os quais totalizam aproximadamente 150 km de extensão. O lote EMT-01 está em estágio avançado de execução, enquanto o EMT-05 está em processo de mobilização de canteiros e início dos serviços preliminares.
- O trecho Salgueiro/PE - Porto de Suape/PE tem extensão de 522,00 km, destes, 306 km encontram-se em execução, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05, com avanços representativos na infraestrutura. Os lotes 01 a 03 encontram-se em processo de conclusão dos serviços de infraestrutura, tendo iniciado a superestrutura no lote 03. Os demais encontram-se com serviços de terraplenagem e drenagem em andamento.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

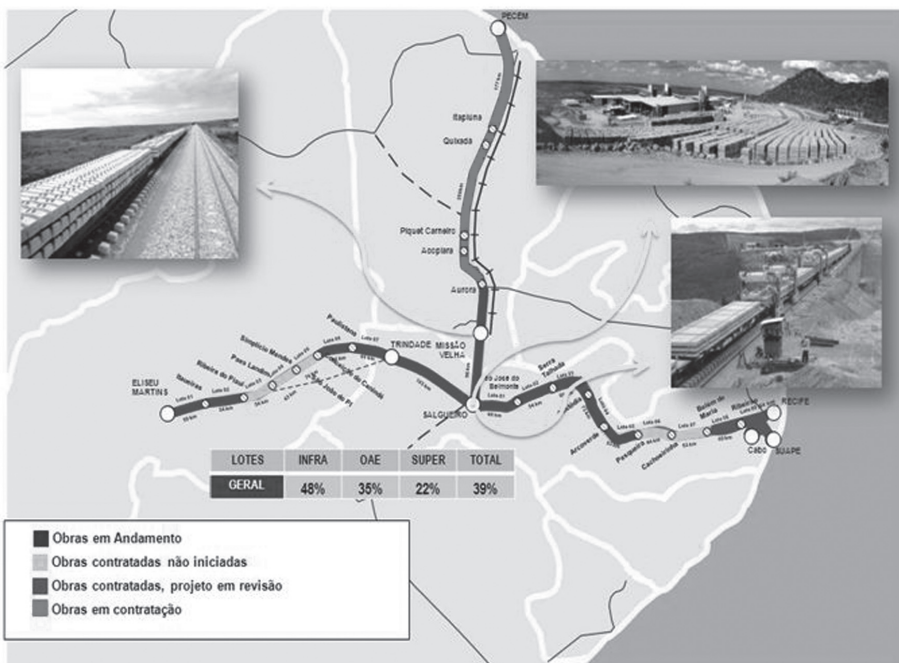
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

- Os trilhos que serão utilizados nos trechos de: Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Salgueiro - Porto de Suape e Eliseu Martins - Trindade, totalizam aproximadamente 167 mil toneladas, destas, 133 mil toneladas foram recebidas através do Porto do Mucuripe - CE e 34 mil toneladas foram recebidas através do Porto de Recife-PE.

O investimento acumulado no projeto Nova Transnordestina até 31/12/2012 era de R\$ 3,703 Bilhões. No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Nova Transnordestina, referente ao mês de dezembro de 2012.

Ferrovia Transnordestina – Lotes Mobilizados

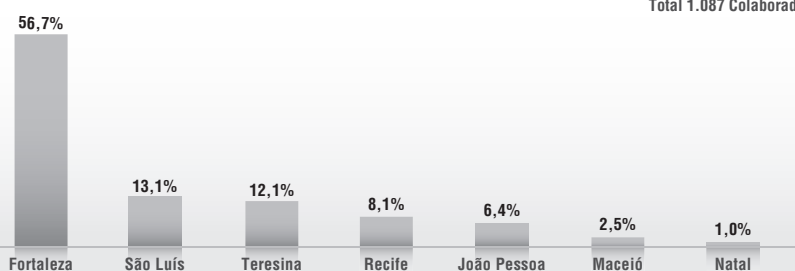
FORECAST Dez / 2012



Na malha atual, a Companhia no ano de 2012 investiu R\$ 54.090 mil, contra R\$ 40.416 mil no ano de 2011. O investimento foi maior em 2012, para recuperação de superestrutura (substituições de dormentes, substituição e reposição de lastros, substituições de trilhos, soldagem, socaria, alinhamento e nivelamento de linha e reformas diversas) e Recuperação de Infraestrutura, Máquinas e Equipamentos e Ferramentas.

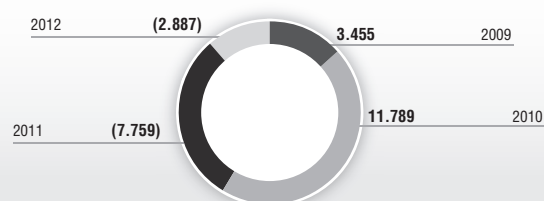
PESSOAL

Total 1.087 Colaboradores



O número de colaboradores em 2012 foi de 1.087 pessoas, contra o total de 1.174 em 2011. A adequação no quadro ocorreu pela reestruturação na Companhia, através da melhor ordenação de processos, métodos e ferramentas de trabalho.

DESEMPENHO FINANCEIRO



O EBITDA, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros e impostos, atingiu o valor de (R\$ 2.887) mil negativos em 2012. Uma melhora de 63% devido, principalmente, à redução nos custos e despesas comerciais e administrativas.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de (R\$ 13.497) mil negativo em 2012. Em 2011 o lucro bruto foi de (R\$ 13.351) mil negativo.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$ mil)

Ativos	Nota explicativa		2012	2011	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa		2012	2011
	2012	2011				2012	2011		
Circulantes					Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4		39.195	96.108	Fornecedores	12		287.167	176.316
Contas a receber de clientes e outros créditos	6		6.042	6.363	Empréstimos e financiamentos	13		39.791	98.829
Estoques	7		19.745	11.308	Impostos e contribuições a recolher			20.063	10.527
Impostos a recuperar	8		29.928	18.614	Partes relacionadas - mútuo	10		43.127	-
Despesas antecipadas	9		16.353	1.484	Outras contas a pagar			7.646	13.446
Outras contas a receber			3.200	2.640	Provisões			-	7.300
Total dos ativos circulantes			114.463	136.517	Debêntures	14		81.885	579
Não Circulantes					Adiantamento de clientes			1.724	1.606
Aplicação financeira	5		116.725	123.867	Total dos passivos circulantes			481.403	308.603
Contas a receber de clientes e outros créditos	6		2.338	2.252	Não Circulantes				
Valores a receber - parte relacionada	10		-	531	Empréstimos e financiamentos	13		685.769	524.616
Depósitos judiciais	15		13.065	17.827	Debêntures	14		1.721.892	1.583.014
Impostos a recuperar	8		107.957	107.531	Receita diferida	16		7.307	7.861
Imobilizado	11		4.770.434	3.687.334	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15		32.420	15.272
Intangível			94	221	Mútuo - parte relacionada	10		166.149	53.418
Total dos ativos não circulantes			5.010.613	3.939.563	Outras contas a pagar			1.533	1.533
Total dos ativos			5.125.076	4.076.080	Adiantamento para futuro aumento do capital	10		121.262	21.981
					Total dos passivos não circulantes			2.736.332	2.207.695
					Patrimônio líquido				
					Capital social	17		2.317.722	1.894.142
					Prejuízos acumulados			(410.381)	(334.360)
					Total do patrimônio líquido			1.907.341	1.559.782
					Total dos passivos e patrimônio líquido			5.125.076	4.076.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa		2012	2011		Nota explicativa		2012	2011
	2012	2011				2012	2011		
Receita líquida de serviços	18		64.308	70.603	Resultado financeiro				
Custos dos serviços prestados	19		(64.224)	(82.539)	Receitas financeiras	21		8.652	22.357
Lucro (prejuízo) bruto			84	(11.936)	Despesas financeiras	21		(44.381)	(27.709)
Receitas (despesas) operacionais								(35.729)	(5.352)
Despesas administrativas e gerais	19		(15.181)	(18.650)	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			(76.021)	(56.577)
Despesas com vendas	19		(2.600)	(4.239)	Imposto de renda e contribuição social			-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	19		(22.595)	(16.400)	Prejuízo do Exercício			(76.021)	(56.577)
Resultado antes do resultado financeiro			(40.292)	(51.225)	Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações			(26)	(30)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$ mil)		
	2012	2011
Prejuízo do exercício	(76.021)	(56.577)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(76.021)	(56.577)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$ mil)					
	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010		1.084.155	-	(277.783)	806.372
Aumento de capital com capitalização de AFAC		-	289.314	-	289.314
Aumento de capital		809.987	(289.314)	-	520.673
Prejuízo do exercício		-	-	(56.577)	(56.577)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		1.894.142	-	(334.360)	1.559.782
Aumento de capital	17	423.580	-	-	423.580
Prejuízo do exercício		-	-	(76.021)	(76.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.317.722	-	(410.381)	1.907.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$ mil)		
	2012	2011
Receitas	80.010	88.026
Vendas de serviços	80.388	86.564
Outras receitas	249	2.382
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(627)	(920)
Insumos adquiridos de terceiros	(54.617)	(66.102)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(21.091)	(27.720)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.703)	(10.390)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros - Adm./Coml.	(5.436)	(8.017)
Outras - materiais de consumo Adm./Coml. e outros	(17.386)	(19.975)
Valor adicionado bruto	25.393	21.924
Depreciação, amortização e exaustão	(19.442)	(27.131)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.951	(5.207)
Valor adicionado recebido em transferência	8.652	22.358
Receitas financeiras	8.652	22.358
Valor adicionado total a distribuir	14.603	17.150
Distribuição do valor adicionado	14.603	17.150
Pessoal	27.185	28.118
Remuneração direta	16.105	16.630
Benefícios	6.936	7.380
FGTS	1.592	1.602
INSS (incluindo SAT)	2.552	2.506
Impostos, taxas e contribuições	21.678	18.243
Federais	10.576	9.364
Estaduais	10.386	7.732
Municipais	716	1.147
Remuneração de capitais de terceiros	41.761	27.366
Juros	35.766	23.818
Aluguéis	496	840
Outras	5.499	2.708
Remuneração de capitais próprios	(76.021)	(56.577)
Prejuízo do exercício	(76.021)	(56.577)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$ mil)		
	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(76.021)	(56.577)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	19.442	25.321
Variações monetárias e juros - líquido	39.065	21.591
Aumento da provisão para contingências	9.848	5.594
Apropriação dos resultados de exercícios futuros	(554)	(555)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	627	-
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes e outros créditos	(392)	3.752
Estoques	(8.437)	1.082
Depósitos judiciais	4.762	(6.096)
Impostos a recuperar	(11.740)	(33.908)
Adiantamento ao fornecedor	(343)	54
Outras contas a receber	(217)	(396)
Valores a receber - parte relacionada	-	-
Despesas antecipadas	(14.869)	(1.106)
Fornecedores	(114.149)	157.933
Adiantamento de clientes	118	(173)
Outras contas a pagar	(3.800)	(251.517)
Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias	9.536	(4.315)
Juros pagos	(33.989)	(29.304)
Arrendamento e concessão principal pago	(2.000)	(2.000)
Juros recebidos	(1.213)	12.151
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(184.326)	(158.469)

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira não circulante	8.355	(11.384)
Aquisição de imobilizado	(761.638)	(1.614.795)
Juros capitalizados pagos	-	(20.816)
Juros capitalizados	-	(61.496)
Demais custos financeiros capitalizados pagos	-	(2.415)
Demais custos financeiros capitalizados	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(753.283)	(1.710.906)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento na emissão de ações preferenciais	56.194	302.604
Aporte de capital de acionistas	367.387	507.383
Captação de AFAC com a controladora	99.281	89.224
Emissão de debêntures conversíveis	121.860	468.293
Obtenção de financiamentos com o BNDES e FNE	25.205	30.000
Obtenção de financiamentos com o BNB-FNE	66.936	-
Obtenção de financiamentos CSN x TLSA (mútuo)	163.509	51.391
Obtenção de financiamentos FINAME	17.469	-
Amortização de financiamentos com o BNDES	(24.653)	(24.653)
Amortização de financiamentos com a CSN	(12.491)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	880.695	1.424.242
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(56.913)	(445.133)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.108	541.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.195	96.108
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(56.913)	(445.133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Os bens da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) também foram arrendados pela Companhia em 31 de dezembro de 1997, conforme contrato nº 071/97, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, ver nota explicativa nº 20 acordos de concessão.

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A., registro inicial de Companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Companhia Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Transnordestina Logística S.A.

Continuidade operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos constantes nos últimos exercícios sociais, o que gera a necessidade de ingressos de recursos por parte dos acionistas e de terceiros para o financiamento de suas operações. Esse ciclo deverá continuar até que as receitas oriundas das atividades da Companhia sejam suficientes para atingir o equilíbrio financeiro necessário.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., com a Transnordestina S.A. e os órgãos da Administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) - (atual SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDESPAR firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado "Projeto Nova Transnordestina".

O orçamento vigente para este projeto é de R\$ 5,422 bilhões sendo, R\$ 1,357 bilhões provenientes do acionista controlador, R\$ 165 milhões do acionista VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 823 milhões de aumento de capital com recursos do FINOR - Fundo do Investimento do Nordeste, R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do FNE, R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 2,672 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Até 31 de dezembro de 2012 foram investidos no projeto o montante de R\$ 3,703 bilhões (R\$ 3,089 bilhões em 31 de dezembro de 2011), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 349 mil, FNE R\$ 153 mil, FDNE R\$ 1,587 bilhões, BNDES R\$ 225 mil, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. R\$ 165 mil e recursos da controladora R\$ 1,224 bilhões.

A Companhia está em fase de aprovação de revisão orçamentária juntamente aos acionistas e órgãos financiadores. Após revisão dos projetos executivos (quantitativos) e preços unitários (valores) e adequação do prazo de conclusão da obra para o final de 2015, o orçamento em processo de aprovação monta R\$ 7,542 bilhões, estando definido que os atuais financiadores do projeto suportarão o incremento orçamentário em proporção similar às suas participações atuais no projeto.

A nova ferrovia, com extensão de 1.728 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE). Em 2009 a Companhia contratou a Construtora Norberto Odebrecht para executar o trecho de Eliseu Martins (PI) até o Porto de SUAPE (PE), conforme cronograma do projeto. Em 31 de dezembro de 2012, o cronograma do "Projeto Nova Transnordestina" apresenta-se com evolução de

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

39% (34% em 31 de dezembro de 2011), no qual tem previsão inicial de conclusão até segundo semestre de 2015, condicionado aos aportes dos recursos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Na elaboração das demonstrações financeiras as práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas na Imprensa Oficial em 9 e 10 de abril de 2012.

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contabilização da provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber.
- Nota 10 - Valor residual do ativo imobilizado, incluindo a análise de recuperabilidade (*Impairment*).
- Nota 13 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Custo de aquisição de *Softwares* 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

k. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e

b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a

aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

n. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

o. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

IFRSs novas e revisadas que afetam apenas a apresentação e divulgação

As alterações à IFRS 7 - Divulgação - Transferência de ativos financeiros (equivalente ao CPC 40 - R1) não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas

Alterações à IAS 12 - Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas, mas não são obrigatórias para este exercício e não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto;
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades;
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo;
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente;
- Modificações à IFRS 7 Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros;
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição;
- Modificações às IFRS 10, 11 e 12 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição;
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados;
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separada;
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e Joint Ventures;
- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- Modificações às IFRSs - Ciclo de melhorias anuais aos 2009-2011; e
- IFRIC 20 - Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície.

Estas normas são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia julga que as normas citadas anteriormente não terá efeito significativo sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	23.064	3.993
Aplicações financeiras	16.131	92.115
Total	39.195	96.108

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxas que variam de 75 % a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

A variação significativa do exercício decorre dos gastos com o Projeto Nova Transnordestina.

Não existem recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para utilização pela Companhia, assim como, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, esses saldos foram considerados para fins de demonstração de fluxo de caixa.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras no ativo não circulante no montante de R\$ 116.725 e R\$ 123.867, respectivamente em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, referem-se ao fundo de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e, resgatados ao final do contrato nos anos de 2027 e 2028, respectivamente, e remunerados a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Clientes	9.323	9.017
Provisão para redução do valor recuperável	(3.281)	(2.654)
	6.042	6.363

Não circulante

Crédito com Companhia pública e autárquica - RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.	2.338	2.252
Total	8.380	8.615

Conforme contrato de concessão as despesas assumidas pela Companhia, que eram de responsabilidade da RFFSA - Rede Ferroviária S.A., serão descontadas do valor final do arrendamento. Em função do exposto a Administração julgou, face a sua materialidade e natureza, não ser necessário a constituição de provisão para redução do valor recuperável sobre os respectivos valores.

	31/12/2012	31/12/2011
Composição da carteira por idade de vencimento		
A vencer	3.478	6.184
De 1 a 30 dias	2.350	1.147
De 31 a 60 dias	165	111
De 61 a 90 dias	101	42
De 91 a 180 dias	5	986
Acima de 181 dias	5.562	2.799
Total	11.661	11.269

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Movimentação da provisão no exercício

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial em 31/12/2011	2.654	880
(+) Constituição de provisão no exercício	880	
(-) Reversão de provisão no exercício	(253)	
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.281	

A Companhia constitui a provisão para redução do valor recuperável com base na análise individualizada da carteira de clientes considerando os títulos vencidos acima de 31 dias (variando de 50% a 100% do valor do título), perdas históricas e análise de rentabilidade futura e entende que o montante constituído é suficiente para cobrir eventuais perdas de inadimplência no exercício.

A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente, e após análise de relevância, o ajuste a valor presente foi julgado imaterial, não sendo efetuado seu reconhecimento nas demonstrações financeiras.

7. ESTOQUES

	31/12/2012	31/12/2011
Almoxarifado	16.583	7.075
Outros	3.162	4.233
Total	19.745	11.308

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	36.116	33.754
ICMS sobre ativo imobilizado	58.850	46.075
COFINS	9.591	9.596
COFINS sobre ativo imobilizado	15.958	18.999
PIS	2.220	2.221
PIS sobre ativo imobilizado	3.535	4.196
IRPJ sobre aplicação financeira curto prazo	9.008	7.944
Outros	2.607	3.360
Total	137.885	126.145
Circulante	29.928	18.614
Não circulante	107.957	107.531

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Nova Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão plenamente realizáveis a partir do início das operações da Nova Transnordestina.

PIS e COFINS a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado, a partir do mês de agosto de 2004. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos que são realizados através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/48 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04. O aumento crescente no saldo de tais créditos é decorrente do elevado volume de aquisições de ativo imobilizado da Companhia no Projeto Nova Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, sendo apropriadas mensalmente ao resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros.

Trata-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da nova ferrovia denominada Nova Transnordestina, bem como, de seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

10. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

a. Controladora

A controladora direta da Companhia é a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, detendo 76,1% de participação (70,91% em 31 de dezembro de 2011). Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia não incorreu em transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços.

A Companhia realizou as transações comerciais a seguir relacionadas com estas partes relacionadas indiretas até os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Ativo	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional			31/12/2012	31/12/2011
	Nacional	Taquari	BNDES		
Valores a receber (a)	-	-	-	-	531
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos (b)	-	-	408.111	408.111	390.267
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	121.262	-	-	121.262	21.981
Contrato de mútuo (d)	209.276	-	-	209.276	53.418
Resultado					
Despesas financeiras, líquidas (b)	-	-	11.441	11.441	13.574

(a) Taquari Participações - trata-se de valores a receber da investidora, em virtude de subscrição de capital não integralizado e baixado em 2012.

(b) BNDES - Financiamentos e juros incorridos sobre os financiamentos contraídos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina. Ver nota 11 para detalhes adicionais.

(c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC efetuado pela controladora, com previsão para integralização na próxima Assembleia Geral Ordinária.

(d) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto a controladora possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros e IOF.

b. Honorários da Diretoria

A remuneração acumulada do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está composta por:

	Diretoria	
	31/12/2012	31/12/2011
Número de membros	5	5
Remuneração fixa do exercício	2.578	3.947
Honorários	570	2.301
Salário ou pró-labore	2.008	1.646
Valor total da remuneração	2.578	3.947

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2012		
		Custo	Depreciação Líquido	
Máquinas e equipamentos	10	25.636	(8.915)	16.721
Vagões e veículos	20	663	(661)	2
Benfeitoria em propriedade arrendada: (a)	-	322.552	(103.268)	219.284
Trilhos	4	11.765	(5.209)	6.556
Dormentes	1,5 a 20 (*)	61.766	(50.972)	10.794
Equipamentos de comunicação	20	934	(868)	66
Lastro	3,33	8.444	(3.708)	4.736
Outras imobilizações	15	7.356	(1.155)	6.201
Total imobilizado em operação		439.116	(174.756)	264.360
Imobilização em andamento - Geral (b)	-	4.506.074	-	4.506.074
Total		4.945.190	(174.756)	4.770.434

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2011		
		Custo	Depreciação Líquido	
Máquinas e equipamentos	10	8.757	(4.318)	4.439
Vagões e veículos	20	663	(662)	2
Benfeitoria em propriedade arrendada: (a)	-	314.439	(88.864)	225.575
Trilhos	4	11.765	(4.636)	7.129
Dormentes	1,5 a 20 (*)	61.766	(45.361)	16.405
Equipamentos de comunicação	20	933	(838)	95
Lastro	3,33	8.444	(3.300)	5.144
Outras imobilizações (b)	15	25.104	(7.336)	17.768
Total imobilizado em operação		431.871	(155.314)	276.557
Imobilização em andamento - Geral (c)	-	3.410.777	-	3.410.777
Total		3.842.648	(155.314)	3.687.334

(*) A taxa anual de depreciação dos dormentes varia de 1,5 a 20% a.a., conforme o material aplicado.

Movimentação

Imobilização em operação, líquida	Saldo em					Saldo em 31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Máquinas e equipamentos	4.439	11.880	-	(2.056)	2.458	16.721
Vagões e veículos	2	-	-	-	-	2
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	225.575	-	-	(10.686)	4.395	219.284
Trilhos	7.129	-	-	(573)	-	6.556
Dormentes	16.405	-	-	(5.611)	-	10.794
Equipamentos de telecomunicação	95	1	-	(30)	-	66
Lastro	5.144	-	-	(408)	-	4.736
Outras imobilizações	17.768	7	-	(78)	(11.496)	6.201
Total	276.557	11.888	-	(19.442)	(4.643)	264.360
Imobilização em andamento - Geral	3.410.777	1.090.654	-	-	4.643	4.506.074
Total	3.687.334	1.102.542	-	(19.442)	-	4.770.434

a. Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, representadas por:

Edificações	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação %	
		31/12/2012	31/12/2011
25 anos	4,00	4,00	4,00
Via permanente	60 anos	1,66	1,66
Veículos	10 anos	10,00	10,00
Locomotivas	25 anos	4,00	4,00
Vagões	30 anos	3,33	3,33
Instalações	10 anos	10,00	10,00
Acessórios metálicos	20 anos	5,00	5,00

b. De acordo com a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, devem ser registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo de origem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou o montante líquido de receitas e despesas financeiras de R\$ 123.019 (R\$ 105.144 em 31 de dezembro de 2011).

c. Para mais detalhes sobre a natureza das obras em andamento veja nota explicativa 1.

Opção pelo custo histórico

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (01/01/2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16) e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. Adicionalmente a totalidade do ativo imobilizado da Companhia está concentrado nas obras em andamento. Os demais ativos oriundos da RFFSA e que fazem parte do contrato de concessão estão totalmente depreciados.

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Impairment

A Companhia efetuou a análise do valor recuperável de ativos (*Impairment*) na data base de 31 de dezembro de 2012 conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de ajustes e ou provisões com base: i) no valor de mercado dos ativos e valor do patrimônio líquido que não divergem do seu valor contábil; ii) ausência de indícios ou até mesmo mudanças significativas que poderão afetar o ambiente tecnológico, de mercado ou

legal da Companhia; iii) manutenção preventiva dos seus itens de ativo imobilizado que evidencia a ausência de obsolescência de seus bens; dentre outros fatores internos ou externos. Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia não identificou indícios ou evidências que justificassem a constituição de estimativa.

12. FORNECEDORES

	2012	2011
Fornecedor para aquisição de imobilizado	225.000	120.228
Outros	62.167	56.088
Total	287.167	176.316

13. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo 31/12/2011	Adições/ liberações	Atualização financeira (*)	Amortização principal	Amortização juros	Reclassificação	Saldo 31/12/2012
BNB (b)	2027	7,5% a.a.	232.196	66.936	25.433	-	(24.622)		299.943
	2019	TJLP + 1,50% a.a.	390.267	25.205	28.899	(24.653)	(11.607)		408.111
BNDES (a)									
Banco Itaú	2022	5,5% a.a.	-	17.469	288	-	(251)		17.506
BB (**)			982	-	-	(12)	-	(970)	-
			623.445	109.610	54.620	(24.665)	(36.480)	(970)	725.560
Circulante			98.829						39.791
Não Circulante			524.616						685.769

(*) A atualização financeira inclui R\$ 32.983 capitalizado e R\$ 21.637 de despesa de juros, estando apresentada líquida das amortizações dos custos de transação no valor de R\$ 2.564.

(**) A conta garantia utilizada de saldo R\$ 970, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2011), está sendo apresentada líquida do saldo de "Caixa e bancos", nota explicativa nº 4.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente e que em 31 de dezembro de 2012 possuíam saldos garantidos de R\$ 736. Os financiamentos têm vencimento para 2027.

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia amortizou o montante de R\$ 36.260 (R\$ 38.319 em 31 de dezembro de 2011) sendo R\$ 24.653 (R\$ 24.653 em 31 de dezembro de 2011) de principal e R\$ 11.607 (R\$ 13.666 em 31 de dezembro de 2011) de encargos financeiros.

A Companhia recebeu em 2012 R\$ 25.205 (R\$ 30.000 em 31 de dezembro de 2011) em liberações de recursos para o Projeto Nova Transnordestina.

Cronograma de desembolsos BNDES

	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	87.429
2013	24.839	34.526
2014	49.616	32.643
2015 a 2027	333.656	235.669
Total	408.111	390.267

b. Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Nova Transnordestina e revitalização da malha atual. A liberação dos recursos restantes está condicionada a prestação de contas da utilização dos recursos liberados.

A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 15 anos (ambos de 2013-2027 - com nova condição a partir do aditivo realizado ao contrato em 26/09/11). A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela Controladora. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 24.622 (R\$ 15.621 em 31 de dezembro de 2011) a título de encargos financeiros.

Cronograma de desembolsos BNB

	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	10.418
2013	14.916	38.257
2014	53.884	41.909
2015 a 2027	231.143	141.612
Total	299.943	232.196

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

c. Banco Itaú BBA S.A. - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagos do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia.

A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014-2022). A garantia é por meio de alienação fiduciária. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 251 a título de encargos financeiros.

Cronograma de desembolsos Itaú

	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	-
2013		36
2014		2.029
2015 a 2027		15.441
Total		17.506

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, bem como projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

14. DEBÊNTURES

No exercício de 2011, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Até 31 de dezembro de 2012, o montante de debêntures acrescido de juros era de R\$ 1.803.777, conforme abaixo:

	Data da emissão	Principal na data da emissão	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2012	Saldo atualizado em 31/12/2011
1ª Emissão	09/03/2010	336.647	60.783	397.430	374.679
2ª Emissão	25/11/2010	350.270	46.011	396.281	373.596
3ª Emissão	01/12/2010	338.036	44.219	382.255	360.370
4ª Emissão	04/10/2011	468.293	35.506	503.799	474.948
5ª Emissão	19/09/2012	121.860	2.152	124.012	-
		1.615.106	188.671	1.803.777	1.583.593
Circulante				81.885	579
Não circulante				1.721.892	1.583.014
		Novas emissões	Atualização financeira (*)	Amortização de juros	31/12/2012
31/12/2011		121.860	100.811	(2.487)	1.803.777
1.583.593					

(*) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

O contrato de debêntures não se enquadra como um instrumento financeiro com derivativo embutido, pois não possui a condição básica para que seja considerado um derivativo, na qual o fluxo de caixa deve ser modificado por algum indexador. Neste caso o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, apenas a forma de recebê-lo pode ser através de instrumento patrimonial ou em dinheiro. Além do fato de que o objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado e avaliação do derivativo é nula.

a. 1ª emissão

Em 9 de março de 2010, a Companhia efetuou a 1ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 336.647 referentes a primeira liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão:	1ª emissão
Série da emissão:	Primeira
Data de emissão:	09/03/2010
Data de vencimento:	03/10/2027
Quantidade:	336.647.184
Valor nominal unitário:	R\$ 1,00
Valor nominal total:	R\$ 336.647.184,00
Juros:	TJLP + 0,85% a.a.
Garantias:	Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
Amortização:	Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

b. 2ª emissão

Em 25 de novembro de 2010, a Companhia efetuou a 2ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 350.270 referentes a segunda liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão:	2ª emissão
Série da emissão:	Segunda
Data de emissão:	25/11/2010
Data de vencimento:	03/10/2027
Quantidade:	350.270.386
Valor nominal unitário:	R\$ 1,00
Valor nominal total:	R\$ 350.270.386,00
Juros:	TJLP + 0,85% a.a.
Garantias:	Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
Amortização:	Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

c. 3ª emissão

Em 1º de dezembro de 2010, a Companhia efetuou a 3ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 338.036 referentes a terceira liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 3ª emissão
Série da emissão: Terceira
Data de emissão: 01/12/2010
Data de vencimento: 03/10/2027
Quantidade: 338.035.512
Valor nominal unitário: R\$ 1,00
Valor nominal total: R\$ 338.035.512,00
Juros: TJLP + 0,85% a.a.
Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
Amortização: Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

Conforme cláusula de conversibilidade, as debêntures poderão ser convertidas em ações pela SUDENE, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou resgate, e respeitando o limite de 50% de cada parcela semestral.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, onde o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

d. 4ª emissão

Em 4 de outubro de 2011, a Companhia efetuou a 4ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 468.293 referentes a quarta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 4ª emissão
Série da emissão: Quarta
Data de emissão: 04/10/2011
Data de vencimento: 03/10/2027
Quantidade: 468.293.037
Valor nominal unitário: R\$ 1,00
Valor nominal total: R\$ 468.293.037,00
Juros: TJLP + 0,85% a.a.
Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
Amortização: Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

e. 5ª emissão

Em 19 de setembro de 2012, a Companhia efetuou a 5ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 121.860 referentes a quinta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 5ª emissão
Série da emissão: Quinta
Data de emissão: 19/09/2012
Data de vencimento: 03/10/2027
Quantidade: 121.859.549
Valor nominal unitário: R\$ 1,00
Valor nominal total: R\$ 121.859.549,00
Juros: TJLP + 0,85% a.a.
Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
Amortização: Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade, as debêntures poderão ser convertidas em ações pela SUDENE, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou resgate, e respeitando o limite de 50% de cada parcela semestral.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total da garantia é R\$ 6.360 milhões e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 2.672 milhões.

Relação das garantias:

- (a) Fiança corporativa da CSN até o limite de 40% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;
- (b) Fundo de liquidez representado por aplicações financeira em conta corrente;
- (c) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;

(d) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais já existentes, restritos ao valor de R\$ 10.535;

(e) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.

(f) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 168.844.

15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

		31/12/2012	31/12/2011
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Cíveis (a)	7.285	151	7.134
Trabalhistas (b)	7.892	7.211	681
Tributárias	2.441	5.703	(3.262)
Previdenciárias	570	-	570
Ativos da RFFSA (c)	774	-	774
Passivos ambientais (d)	2.100	-	2.100
Outras contingências (e)	6.158	-	6.158
Multa Poder Concedente (f)	5.200	-	5.200
	32.420	13.065	19.355
			(2.555)

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2011	31/12/2012
	Saldo inicial	Saldo final
Cíveis	4.360	7.285
Trabalhistas	9.389	7.892
Tributárias	749	2.441
Previdenciária	-	-
Outras provisões	774	14.232
	15.272	32.420
	Adição a provisão	Utilização
Cíveis	4.301	(98)
Trabalhistas	2.806	(507)
Tributárias	1.692	-
Previdenciária	570	570
Outras provisões	13.458	-
	22.827	(605)
	Baixas (*)	
	(1.278)	
	(3.796)	
	-	
	(5.074)	

(*) As baixas ocorridas em 2012 foram decorrentes de diminuição dos valores de riscos, bem como das mudanças de grau dos riscos dos processos.

a. Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais, no montante aproximado de R\$ 7.285 (R\$ 4.360 em 31 de dezembro de 2011). Para suportar essas contingências cíveis, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 151 (R\$ 739 em 31 de dezembro de 2011).

b. Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, no montante aproximado de R\$ 7.892 (R\$ 9.389 em 31 de dezembro de 2011). Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 7.211 (R\$ 2.806 em 31 de dezembro de 2011). Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

c. Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face de eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. Considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados foi provisionado o montante de R\$ 774 (R\$ 774 em 31 de dezembro de 2011).

d. Passivos ambientais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém registrada a provisão de R\$ 2.100 (R\$ 2.100 em 31 de dezembro de 2011), para fazer face de eventuais perdas em processos/multas ambientais junto a IBAMA decorrente de Auto de Infração.

Estes passivos ambientais eram considerados na rubrica de "outras contas a pagar circulante", em 31 de dezembro de 2011. Durante o exercício de 2012, a Administração da Companhia revisitou a situação e passou a tratar como contingência não circulante.

e. Outras contingências

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém registrada uma provisão de R\$ 6.158, sendo R\$ 0,685, para fazer face a eventuais perdas de combustível entre o volume do Planejamento Mensal e o volume efetivamente transportado e disponibilizado (Take or Pay) pela Companhia e R\$ 5.473 para fazer face a eventuais perdas de combustível em trânsito e multa de diferença no valor do frete.

f. Multa poder concedente

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém registrada uma provisão de R\$ 5.200 (R\$ 5.200 em 31 de dezembro de 2011), para fazer face a pagamento de valores devidos pela Companhia à ANTT, a título de sanções pecuniárias.

Estas multas eram considerados na rubrica de "outras contas a pagar circulante", em 31 de dezembro de 2011. Durante o exercício de 2012, a Administração da Companhia reanalisou a situação e passou a tratar como contingência não circulante.

g. Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 334.890 (R\$ 136.769 em 31 de dezembro de 2011) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações indenizatórias de acidentes ferroviários e verbas rescisórias trabalhistas.

A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que a Companhia é parte, classificados como risco de perda possível:

- A Companhia vem mantendo questionamentos referente a cobrança de serviços faturados junto a um dos seus principais fornecedores da construção da Ferrovia Nova Transnordestina. Para os faturamentos até dezembro de 2012 há registrado o valor de R\$ 225 milhões na conta de Fornecedores, o qual inclui serviços questionados e serviços acatados. Foi instaurado em julho de 2012 um processo arbitral na Câmara de Comércio Internacional (CCI), com o valor estimado de R\$ 177 milhões na ocasião, cujo requerente pleiteia o recebimento dos valores faturados acrescidos de multa e juros. A Administração e seus consultores jurídicos entendem que o risco de perda deste processo é possível.
- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, na esfera trabalhista, processo nº 0001149-49.2011.5.06.0391 em curso na comarca de Salgueiro (PE), visa computar na jornada de trabalho as horas de trajeto, além do cumprimento do intervalo intrajornada e a concessão de intervalo para alimentação. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 10.000 (R\$ 4.360 em 31.12.2011).

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

- Ação de Indenização, na esfera cível, processo nº 53306-24.2009.8.06.0001/0, em curso na 18ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa indenização por acidente ferroviário que vitimou um empregado e avariou seu caminhão. A parte contrária requer danos materiais, lucro cessante e danos morais. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 3.122 (R\$ 3.122 em 31 de dezembro de 2011).
- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 1827150-11.2011.8.13.0024, em curso na 24ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte (MG), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento das horas paradas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 3.122 (R\$ 3.122 em 31 de dezembro de 2011).
- Ação na esfera tributária, processo nº 3596-92.2007.8.10.0001, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade/ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 3.218 (R\$ 2.308 em 31 de dezembro de 2011).
- Ação na esfera tributária, processo nº 11108-58.2009.8.10.0001, visa a declaração de nulidade dos autos de infração nº 54763000120-9, 54763000122-5, 54763000123-3, 54763000124-1, 54763000110-1, 54763000112-8, 54763000113-6, 54763000114-4, 54763000118-7, 54763000117-9, 54763000130-6, 54763000131-4, 54763000132-2, 54763000125-0, 54763000128-4 e 54763000129-2, que exigem crédito tributário de ICMS. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 2.436 (R\$ 1.961 em 31 de dezembro de 2011).
- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, na esfera trabalhista, processo nº 0001150-34.2011.5.06.0391 em curso na comarca de Salgueiro (PE), visando o cumprimento das normas de Segurança e Medicina do Trabalho. Realizado acordo em janeiro/2012. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 50.000.
- Auto de infração lavrado para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras civis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia-PE. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 12.014 e R\$ 4.339, respectivamente.
- Auto de Infração lavrado para constituição de suposto crédito tributário de ICMS decorrente da glosa de crédito do imposto no período de janeiro/2004 a dezembro/2008 referente a aquisição de óleo combustível utilizado como insumo na prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas, em favor de terceiros. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 6.026.

16. RECEITA DIFERIDA

Refere-se ao saldo dos recursos recebidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 7.307 (R\$ 7.861 em 31 de dezembro de 2011) pagos pela Intelig Telecomunicações Ltda., para a utilização de faixas de domínio e implantação de uma rede de fibra óptica na margem da ferrovia pelo período de 26 anos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 32.046.612 mil ações nominativas (2.521.468 mil ações em 31 de dezembro de 2011), sendo 23.853.431 mil ações ordinárias (1.792.785 mil em 31 de dezembro de 2011) e 8.193.181 mil ações preferenciais (728.683 mil em 31 de dezembro de 2011), sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	Quantidade de ações	
	31/12/2012	31/12/2011
Taquari Participações S.A.	753.324	75.332.420
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	24.397.350	1.788.051.228
BNDES Participações - BNDESPAR	1.658.120	165.812.090
FINOR	513.582	59.124.954
FINAME	261.563	21.062.850
BNDES	1.890.798	154.896.316
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	2.571.875	257.187.500
Demais acionistas	-	475
	32.046.612	2.521.467.833

O aumento de capital ocorrido durante o exercício de 2012 ocorreu da seguinte forma:

Em 11 de abril de 2012, o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR integralizou 51.358.208 novas ações nominativas preferenciais, classe "B", sem direito a voto, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 0,62, perfazendo um aumento total no valor de R\$ 31.842.088,96.

Em 19 de abril de 2012 foi aprovado novo aumento de capital social, mediante a emissão de 39.277.037 novas ações nominativas preferenciais, classe "B", sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,62, perfazendo um total de R\$ 24.351.762,94, as quais foram integralmente subscritas pelo FINOR em 20 de abril de 2012.

Em 26 de abril de 2012, o Conselho de administração aprovou o aumento de capital com utilização de créditos registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$ 184.340.588,60, mediante a emissão de 297.323.530 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,62.

Em 31 de julho de 2012, o Conselho de administração aprovou o aumento de capital da Companhia, com utilização de créditos registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$ 183.045.949,24, por meio da emissão de 295.235.402 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,62.

Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e das ações preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), sem que haja qualquer alteração no valor total do capital social ou nos direitos conferidos por essas ações aos seus titulares. Conforme deliberado na mesma Assembleia Geral ficou concedido o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação de aviso aos acionistas, para que os mesmos, em decorrência do grupamento, passassem a ser titulares de menos que 1 ação possa, a seu livre e exclusivo critério, ajustar suas respectivas posições, o que se daria mediante doação pela acionista controladora - Companhia Siderúrgica Nacional - CSN de 1 (uma) ação de emissão da Companhia, já considerados os efeitos do grupamento, da respectiva espécie e classe.

Transcorrido o prazo para o ajuste pelos acionistas de suas posições acionárias, as frações de ações que restarem foram canceladas pela Companhia que colocou à disposição dos acionistas que tiveram frações canceladas o valor correspondente às mesmas, o qual foi equivalente à fração detida pelo acionista multiplicada pelo valor patrimonial da ação pós-grupamento calculado com base no balanço de 30 de junho de 2012: R\$ 55,27 (cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos) por ação/pós-grupamento.

b. Reservas

• Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Dividendos

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício de 2012 e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais neste exercício, comparativamente com o exercício de 2011 conforme o quadro abaixo:

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2012	31/12/2011
			Total	Total
Prejuízo básico por ação				
Prejuízo do exercício			(76.021)	(56.578)
Quantidade de ações média ponderada durante o ano	2.123.909	794.276	2.918.185	1.876.421
Resultado por ação - básico (por lote de mil ações)			(26,0508)	(30,1521)
			31/12/2012	31/12/2011
			Total	Total
Prejuízo diluído por ação				
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico por ação das operações continuadas			(76.021)	(56.578)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação (*)	2.123.909	794.276	2.918.185	1.876.421
Resultado por ação - diluído (por lote de mil ações)			(26,0508)	(30,1521)
(*) Instrumentos antidiluidores				
Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.				
			2012	2011

Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:

Debêntures	500	478
------------	-----	-----

18. RECEITA LÍQUIDA

Receita bruta

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de serviços de transportes	62.397	59.071
Receita acessórias de serviços de transporte	2.673	6.991
Receita com direito de passagem	13.443	12.002
Receita com gestão patrimonial	1.948	1.946
Receita com venda de sucata	-	-
Receita com operação portuária	-	6.983
Total da receita bruta	80.461	86.993

Deduções da receita bruta

	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	(7.913)	(6.732)
PIS	(1.331)	(1.453)
COFINS	(6.130)	(6.691)
ISS	(706)	(1.085)
Deduções e Abatimentos	(73)	(429)
	(16.153)	(16.390)
Receita líquida dos serviços prestados	64.308	70.603

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

Clientes	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Maior cliente	15.778	20%	17.207	20%
2º e 3º maiores clientes	28.631	35%	22.721	26%
Outros	36.052	45%	47.065	54%
Total	80.461	100%	86.993	100%

19. CUSTOS E DESPESAS

Custos

	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	18.377	18.478
Material	13.391	14.411
Serviço	14.412	24.335
Depreciação e amortização	18.044	25.315
Total dos custos	64.224	82.539

Despesas com vendas

Folha de pagamento	1.112	1.461
Serviço	1.425	2.725
Depreciação e amortização	63	53
Total das despesas com vendas	2.600	4.239

Despesas administrativas

Folha de pagamento	7.332	7.140
Material	3.031	4.508
Serviço	3.483	5.239
Depreciação e amortização	1.335	1.763
Total das despesas administrativas	15.181	18.650

Outras despesas operacionais

Provisão para contingências	11.039	6.011
Provisão para perda provável de realização do imobilizado	-	3.253
Despesas com arrendamento de bens	46	50
Despesas com concessão	2	3
Baixas de créditos não dedutíveis	100	379
Multas	625	79
Outras despesas	8.552	7.909
Outras receitas	(249)	(2.630)
Impostos incidentes sobre outras receitas	2.480	1.346
Total das outras despesas operacionais	22.595	16.400

20. ACORDOS DE CONCESSÃO

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário ou a previsão de indenização pelos investimentos não amortizados, não sendo requerido, desta forma o registro do valor pagar até final da concessão.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi reconhecido no resultado o montante de aproximadamente R\$ 1.937 referente às parcelas do arrendamento e concessão.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Juros	1.212	12.304
Variações cambiais ativas	-	21
Outros	7.440	10.032
	8.652	22.357
Despesas financeiras		
Juros	(34.496)	(22.358)
IOF	(3.116)	(1.183)
Comissões de fianças bancárias	(2.518)	(1.412)
Outros	(4.251)	(2.756)
	(44.381)	(27.709)
	(35.729)	(5.352)

Resultado financeiro

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 e 12 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras ora encerradas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	116.725	123.867
Contas a receber de clientes	6.042	6.363
Total	122.767	130.230

Passivos financeiros

	31/12/2012					Mais que 5 anos
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	725.560	19.411	20.379	105.529	115.020	465.221
Debêntures	1.803.777	-	81.885	224.805	819.754	677.333
Mútuo	209.276	-	43.127	166.149	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	291.974	290.441	-	-	-	1.533
Total	3.030.587	309.852	145.391	496.483	934.774	1.144.087

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$ 1 de limite de cheques especiais, o qual havia sido utilizado no montante R\$ 0,97. A utilização de limite de cheque especial está incluída como um componente dos equivalentes de caixa.

b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras, mantidas até o vencimento o valor foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2012 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo. O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

d. Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa 19 a.

e. Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos em CDI	132.856	215.982
Passivos em TJLP	2.231.957	417.156

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo dois cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é adotado pela Companhia, com CDI à taxa de 9,66% a.a. e TJLP à taxa de 6,00% a.a., (ii) cenário possível, considerando um aumento e redução de 20% sobre as taxas, passando respectivamente, o CDI para 11,59% a.a. e a TJLP para 7,20% a.a.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	Risco	Cenário provável	Cenário possível
Transação			
Empréstimo em TJLP	2.231.957	TJLP a 6%	TJLP a 4,8%
Receita financeira	-	-	26.783
Aplicações Financeiras em CDI	132.856	CDI a 9,66%	CDI a 11,59%
Receita financeira	-	-	(2.567)

Variação negativa

Variação negativa	Risco	Cenário provável	Cenário possível
Transação			
Empréstimo em TJLP	2.231.957	TJLP a 6%	TJLP a 7,20%
Despesa financeira	-	-	(26.783)
Aplicações Financeiras em CDI	251.603	CDI a 9,66%	CDI a 7,72%
Despesa financeira	-	-	2.567

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2012, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R\$ 25.000 para danos materiais, R\$ 200.000 para responsabilidade civil, com as respectivas datas de vigências: 29 de março de 2012 a março de 2013 e 1º de agosto de 2012 a 30 de junho de 2013, e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 1 bilhão e Sub-limite para danos da natureza de R\$ 50.000, com vigência até dezembro de 2015, e ainda seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R\$ 500, danos corporais a terceiros de R\$ 1.000 com vigência até junho de 2013.

24. SINISTRO

Durante o período entre 17 a 20 de junho de 2010, ocorreram fortes chuvas nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Em decorrência, a linha Tronco Sul Recife, que liga Cabo (PE) a Porto Real do Colégio (AL), sofreu danos nos vários trechos, desde o Km 29 até o Km 450, causados por alagamentos em diversas localidades, afetando a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. A Companhia possui seguro contratado com a seguradora MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A., cuja apólice de Risco de Engenharia possui cobertura para perdas em obras civis em construção.

Desde o ocorrido foram realizados levantamentos físicos e diversas vistorias das áreas atingidas pelos peritos designados pela seguradora, resseguradores e pelos técnicos da Companhia. No final de dezembro de 2012, foi finalizado um acordo entre as partes cuja indenização a ser recebida pela Companhia até fevereiro de 2013 totaliza R\$ 16,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia recebido R\$ 14 milhões.

Desde então, a Companhia vem realizando levantamento para apurar o valor real do custo do ativo imobilizado atingido e o mesmo será baixado em suas demonstrações financeiras ao final da apuração, líquido do valor recebido de indenização. A expectativa é que este registro ocorra ainda no primeiro semestre de 2013.

No segundo semestre de 2012, O Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística - Rodovias e Ferrovias, composto por um conjunto de programas, coordenados pelo Ministério dos Transportes, juntamente com a ANTT e VALEC, como objetivo principal reduzir os custos logísticos e melhorar a infraestrutura de transportes, tendo como uma de suas etapas a priorização da restauração de trechos que apresentam baixa densidade de tráfego e de funções importantes no atendimento ao mercado.

Neste anúncio foram incluídos trechos relacionados a malha ferroviária, do qual o trecho sinistrado Cabo - Porto foi incluído e deverá ser um dos objetos do programa do Governo Federal. Até o presente não foi regulado a forma que este programa será aplicado, incluindo as condições, contra-partidas, período de vigência, etc. Quando tal regulação for divulgada a Companhia poderá avaliar também os possíveis impactos referentes a devolução dos trechos concedidos em suas Demonstrações Financeiras.

25. COMPROMISSOS FUTUROS

Tendo em vista a previsão de início das operações comerciais da ferrovia Nova Transnordestina em 2014, a Administração da Companhia vem envidando esforços no sentido de firmar contratos de longo prazo junto aos potenciais clientes. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia já possuía aproximadamente R\$ 600 milhões em contratos assinados para prestação de serviços futuros.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	31/12/2012
Capitalização de juros	123.019
Aquisição de imobilizado em fornecedores	225.000
Reclassificação de "outros passivos circulantes" para "provisão para contingências"	7.300
Aumento de capital com utilização de créditos registrados como AFAC	367.386

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

Em 25 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração, aprovou o aumento de capital social, mediante a emissão de 89.541 (oitenta e nove mil, quinhentas e quarenta e uma) novas ações nominativas preferências, classe B, sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 60,58 (sessenta reais e cinquenta e oito centavos), perfazendo o total de R\$ 5.424.393,78 (cinco milhões, quatrocentos e vinte quatro mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos), com a participação integral nos resultados da sociedade a serem subscritas pelo Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizado pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas Companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuri, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste,

composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

DIRETORIA

Angelo José de Carvalho Baptista

Diretor Presidente

Carlos Ernesto Telles Esmeraldino

Diretor de Logística

Marcello Barreto Marques

Diretor de Negócios

Edison Pinto Coelho

Diretor de Implantação

Ricardo Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro

Samia Costa Lima – CRC CE 015.763-O/0 – Contadora responsável

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Steinbruch

Conselheiro

Rubens dos Santos

Conselheiro

Juarez Saliba de Avelar

Conselheiro

Enéas Garcia Diniz

Conselheiro

Marília Dalva Costa Vieira

Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transnordestina Logística S.A. - Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em

31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

Ênfase

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia. A recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado depende do sucesso das operações futuras da Companhia, bem como, do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que as operações se tornem rentáveis. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de 2011

As demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 16 de março de 2012 com parágrafo de ênfase relacionado à continuidade dos negócios da Companhia.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 26 de março de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O - 8 "F" CE

Ruti Amaral Ramos Bomfim

Contadora

CRC 1RJ 048.044/O-8 "T" BA "S" CE

Deloitte.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

A Transnordestina Logística S.A (TLSA) - é uma empresa privada controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998, incorporando os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente a malha Nordeste que era composta das seguintes superintendências regionais: SR 1 (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte), SR 11 (Ceará) e SR 12 (Piauí e Maranhão). Possui 4.238 km que se estendem pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Interliga as principais regiões produtoras a 06 (seis) Portos, sendo 03 (três) de grande calado: Itaqui (MA), Pecém (CE) e Suape (PE), além de contribuir grandemente na distribuição interna de produtos desses Estados.

Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A.

A concessão para prestação de serviços ferroviários no Nordeste Brasileiro encerra-se em 2027 e pode ser prorrogada por mais 30 anos.

Atualmente a TLSA está empreendendo esforços e investimentos na construção de uma ferrovia de classe mundial, cujo projeto foi denominando Nova Transnordestina. Esta malha ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.728 Km e um investimento orçado de R\$ 5,4 Bilhões. Está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 0,6% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,0% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa à maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo. Contempla também a instalação de terminais portuários de exportação de grãos sólidos, implantados estrategicamente próximos aos principais mercados consumidores e em portos capazes de operar com navios *cape size*, o que garantirá a competitividade do negócio.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do ano de 2012, comparando-os com os resultados do ano de 2011.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Neste semestre compete destacar:

- Receita Bruta de R\$ 80.461 mil;
- Volume faturado de 700.639 mil TKU (tonelada útil por quilômetro) e 1.391 TU (toneladas úteis);
- Consolidação do terminal de líquidos de Teresina, em parceria com a empresa Odfjell Terminals, permitindo o fechamento de contrato com as Distribuidoras Alesat, Total e Sobral & Palácio. Renovação contratual com os maiores *players* do segmento combustíveis em andamento, envolvendo as empresas BR Distribuidora, Ipiranga Produtos de Petróleo e Raizen;
- Retomado o transporte de coque de petróleo para o Cliente Votorantim Cimentos;
- Retomado o transporte de Calcário para o cliente Vale;
- Avançado o processo de implantação dos CDs da Apodi Cimentos (Teresina e São Luís), permitindo uma solução logística integrada (transporte ferroviário e armazenagem), ampliando ainda mais os negócios de transporte e também melhorando a Receita Alternativa.

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta em 2012 totalizou R\$ 80.461 mil (R\$ 86.993 mil em 2011) sendo composta da seguinte forma: receita de transporte R\$ 65.070 mil (R\$ 66.062 mil em 2011), Direito de Passagem R\$ 13.443 mil (R\$ 12.002 mil em 2011) e Gestão Patrimonial R\$ 1.948 mil (R\$ 8.929 mil em 2011). Quando comparada com o ano anterior, observa-se variação negativa de 7,5%, a qual foi impactada pela suspensão temporária da operação portuária em nossa receita (R\$ 6.983 em 2011).

Em 2012 a empresa faturou no total 700.639 mil TKU e 1.391 TU, enquanto em 2011 esses números foram 677.128 mil TKU e 1.415 TU. Os segmentos de Energia, Siderurgia, Construção foram responsáveis por 92% do total de TKU em 2012.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU) desconsiderando receitas acessórias, foi de R\$ 89,06 em 2012, representando um aumento de 2,1% quando comparado ao ano de 2011 R\$ 87,24.

ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

O segmento com maior destaque em 2012 foi o de Energia, seguido pelo de Siderurgia e Construção, os quais juntos foram responsáveis por 93% (78% em 2011) da receita bruta ferroviária, equivalente a R\$ 60.609 mil do total de R\$ 65.070 mil (R\$ 50.922 mil do total de R\$ 66.062 mil em 2011).

A tabela abaixo mostra a participação e evolução de cada segmento em relação total da ROB, TU e TKU nos anos de 2011 e 2012.

**TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%)
 PERÍODO 2012 E 2011**

Segmento	Ano	Percentual ROB		Percentual TU		Percentual TKU	
			▲ p.p.		▲ p.p.		▲ p.p.
Agricultura	2011	4%	(3)	2%	(1)	3%	(2)
	2012	0%		1%		1%	
Construção	2011	21%	(2)	28%	5	22%	(1)
	2012	19%		33%		21%	
Container	2011	2%	(1)	1%	(1)	2%	(1)
	2012	1%		0%		1%	
Energia	2011	42%	5	37%	4	34%	2
	2012	47%		41%		36%	
Minério	2011	13%	(8)	16%	(9)	14%	(8)
	2012	5%		7%		6%	
Siderurgia	2011	15%	12	15%	2	23%	11
	2012	27%		17%		35%	
Carga Geral	2011	4%	(4)	0%	(0)	1%	(1)
	2012	0%		0%		0%	

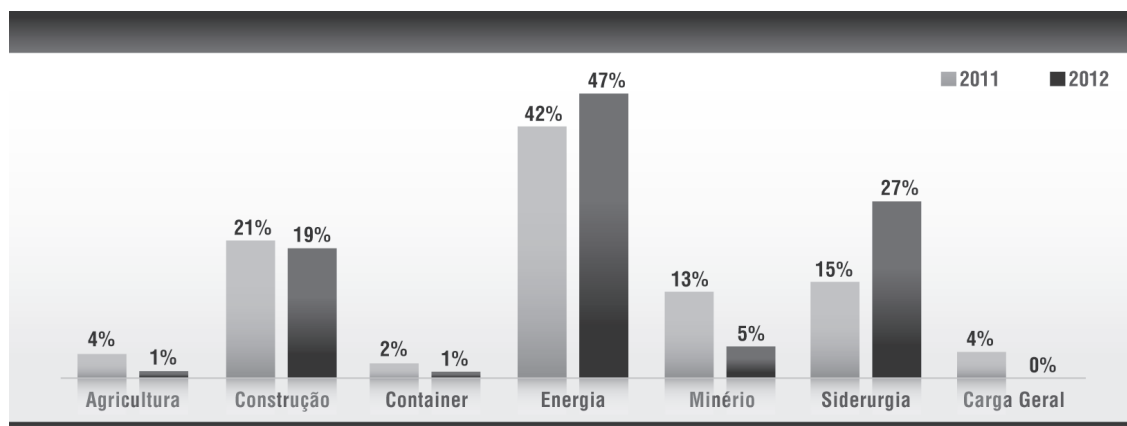
Os maiores destaques do segmento de Energia são o transporte de óleo diesel e gasolina que juntos somam 237.502 mil TKU do volume transportado (212.121 mil TKU em 2011), representando 95% do total do segmento. A ROB para este segmento em 2012 foi de R\$ 30.578 mil (R\$ 27.479 mil em 2011). Em relação a ROB total o segmento de energia obteve um aumento de 5 pontos percentuais em relação ao ano de 2011. No segmento de Siderurgia, o faturamento em TKU, foi de 243.607 mil (158.874 mil TKU em 2011), onde os transportes de brita e alumínio representam 74% da TKU total (equivalente a R\$ 13.064 mil da ROB). A receita bruta de Siderurgia teve um aumento de 81% em relação ao ano de 2011 (de R\$ 9.596 mil para R\$ 17.385 mil em 2012). Este foi o segmento que mais aumentou sua participação em relação a ROB total. Obteve um acréscimo de 12 pontos percentuais em relação ao ano de 2011.

O destaque no segmento de construção é o transporte de cimento. Teve um pequeno aumento no volume transportado de 3 % em relação a 2011. A participação do transporte de cimento em relação ao volume total deste segmento aumentou em 2 pontos percentuais de 2011 para 2012. A ROB deste segmento diminuiu 9%. Sua participação em relação ao total da ROB diminuiu em 2 pontos percentuais de acordo com o quadro demonstrado acima.

De maneira geral a Receita de Transporte Ferroviário Bruta teve um decréscimo de 2% em comparação com o ano de 2011 e acréscimo de 3% em relação ao volume de TKU transportada para o mesmo período.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR ÁREA DE NEGÓCIOS

Em 2012 a receita referente à área de São Luís totalizou R\$ 39.930 mil, o que equivale a 61% do total da Receita de Transporte no período. Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, percebe-se um aumento de 21 pontos percentuais em relação à participação no valor total da ROB. Os principais segmentos desta área de negócio são Energia e Siderurgia representando R\$ 39.487 mil (99% do total). A área de negócio de Fortaleza participou com 39% da Receita de Transporte em 2012, com um total de R\$ 25.140 mil. Os segmentos predominantes desta área foram Construção, Energia e Siderurgia representando R\$ 20.769 mil (83% do total). Não houve movimentação na área de negócio de Recife em 2012.

TOTAL ACUMULADO POR FILIAL
PERÍODO 2012 E 2011

Área negócio	Ano	ROB	▲ R\$ mil	TU mil	▲ R\$ mil	TKU mil	▲ R\$
Fortaleza	2011	33.295.502	(8.155.343)	778.146	(31.464)	350.390.117	(48.765.527)
	2012	25.140.159		746.682		301.624.590	
Recife	2011	6.229.251	(6.229.251)	111.793	(111.793)	54.519.409	(54.519.409)
	2012	-		-		-	
São Luís	2011	26.537.597	13.392.336	525.061	119.492	272.218.473	126.795.239
	2012	39.929.933		644.554		399.013.713	

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%)
PERÍODO 2012 E 2011

Área negócio	Ano	Percentual ROB	▲ p.p.	Percentual TU	▲ p.p.	Percentual TKU	▲ p.p.
Fortaleza	2011	50%	(12)	55%	(1)	52%	(9)
	2012	39%		54%		43%	
Recife	2011	9%	(9)	8%	(8)	8%	(8)
	2012	0%		0%		0%	
São Luís	2011	40%	21	37%	9	40%	17
	2012	61%		46%		57%	

DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de aderência (pontualidade de partida de trens) ficou em 78,69 % em 2012. Em 2011 o índice foi de 83,18%. O índice que mede a Eficiência Energética manteve-se o mesmo comparando-se os dois períodos com média de 7,60. Em relação aos acidentes ferroviários por milhão de trem/km, tivemos uma redução de 42% comparando-se 2012 com 2011.

CUSTOS

O custo do serviço prestado (CSP) totalizou R\$ 50.811 mil em 2012 (R\$ 57.252 mil em 2011) representando um decréscimo de R\$ 6.441 mil (11,2%) quando comparado ao ano anterior.

O custo do transporte ferroviário é composto de folha de pagamento, materiais e serviços, respectivamente R\$ 18.727 mil reais (37%), R\$ 17.999 mil reais (35%) e R\$ 14.084 mil reais (28%). O custo com óleo diesel para tração na categoria de materiais acumulado para este ano chegou a R\$ 15.348 mil.

A eliminação das operações portuárias está em linha com a estratégia da Companhia, que foi de interromper as atividades para otimizar as margens de contribuição.

INVESTIMENTOS

As obras de implantação da Ferrovia Nova Transnordestina avançaram conforme cronograma de implantação, tendo como principal destaque em 2012 o término da montagem da superestrutura ferroviária nos trechos Salgueiro - Missão Velha, e continuação da montagem de grade em Salgueiro - Trindade e Salgueiro - Suape, totalizando 351 km de grade ferroviária montada. Ainda em 2012 foram iniciadas novas frentes de serviços de infraestrutura, abrangendo atualmente mais de 900 km de extensão em obras. Na parte de infraestrutura foram executados diversos serviços, totalizando mais de 30 milhões de m³ de escavação e mais de 24 milhões de m³ de aterro.

Somente no Projeto Nova Transnordestina foram investidos em 2012 R\$ 847,24 mi e em 2011 R\$ 1.335 bi. Nos lotes que se encontram em execução, também, foram iniciadas novas frentes de serviços.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da Obra em cada trecho do Projeto:

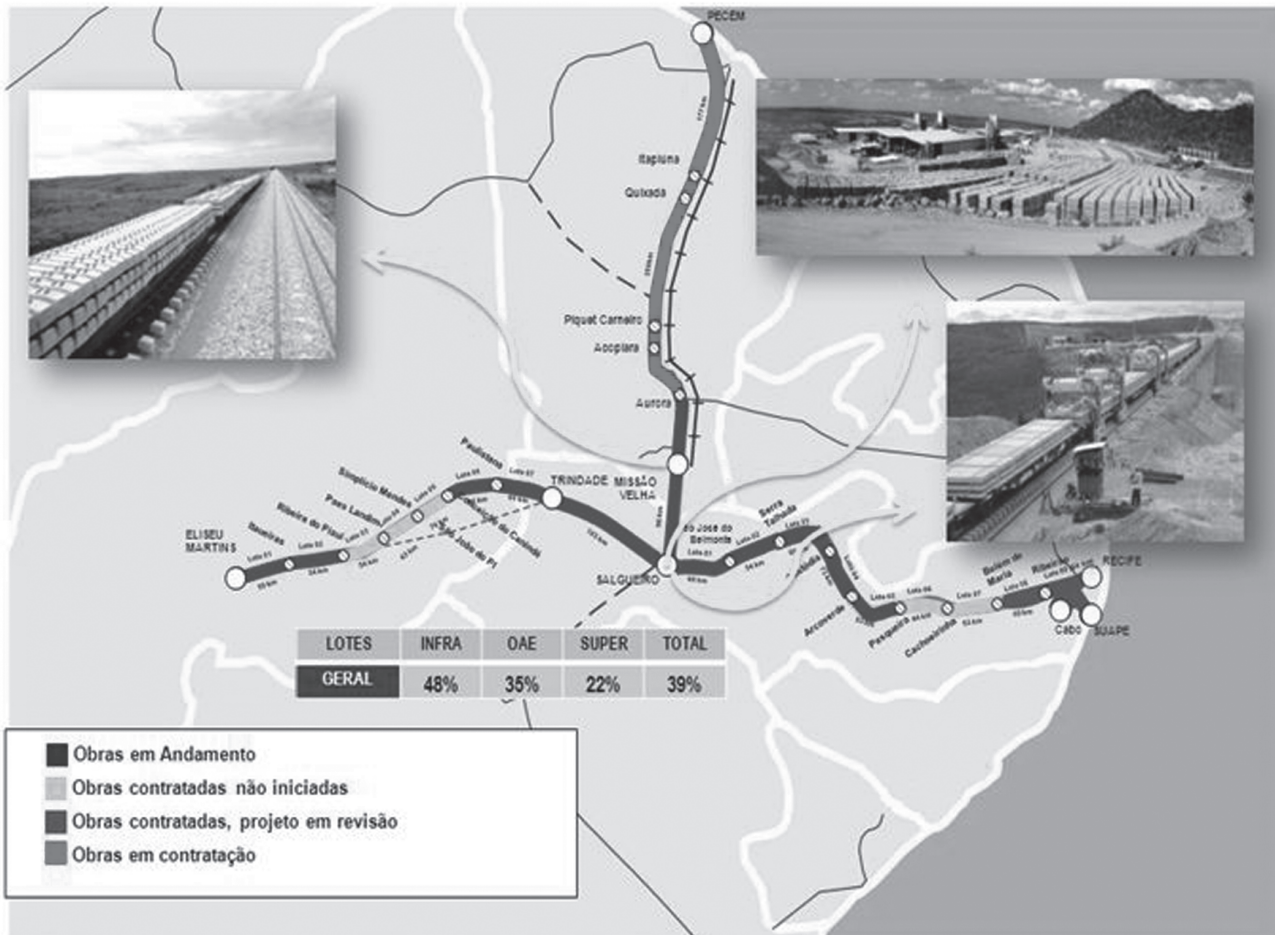
- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/CE, com extensão de 95,46 km foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se praticamente concluídas, restando a fazer apenas alguns acabamentos referentes a drenagens.
- O trecho Salgueiro-Trindade tem extensão de 163,00 km, as obras foram iniciadas em fevereiro/2009. As obras avançam na parte de Infraestrutura e OAE em três frentes de serviços tendo mais de 94% da infraestrutura concluída e aproximadamente 56% da superestrutura.
- O trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE tem extensão de 420,00 km, destes, 331 km encontram-se em execução, correspondendo aos lotes de Projeto: EMT-01, EMT-02, EMT-05, EMT-06 e EMT-07. Os lotes EMT-07 e EMT-06 estão em processo de conclusão dos serviços de infraestrutura, os quais totalizam aproximadamente 150 km de extensão. O lote EMT-01 está em estágio avançado de execução, enquanto o EMT-05 está em processo de mobilização de canteiros e início dos serviços preliminares.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

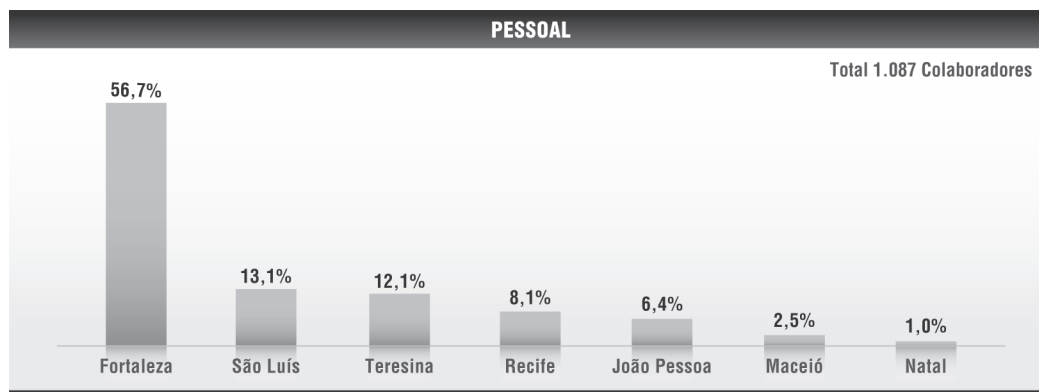
- O trecho Salgueiro/PE - Porto de Suape/PE tem extensão de 522,00 km, destes, 306 km encontram-se em execução, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05, com avanços representativos na infraestrutura. Os lotes 01 a 03 encontram-se em processo de conclusão dos serviços de infraestrutura, tendo iniciado a superestrutura no lote 03. Os demais encontram-se com serviços de terraplenagem e drenagem em andamento.
 - Os trilhos que serão utilizados nos trechos de: Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Salgueiro - Porto de Suape e Eliseu Martins - Trindade, totalizam aproximadamente 167 mil toneladas, destas, 133 mil toneladas foram recebidas através do Porto do Mucuripe - CE e 34 mil toneladas foram recebidas através do Porto de Recife-PE.
- O investimento acumulado no projeto Nova Transnordestina até 31/12/2012 era de R\$ 3,703 Bilhões.
No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Nova Transnordestina, referente ao mês de dezembro de 2012.

Ferrovia Transnordestina – Lotes Mobilizados

FORECAST Dez. /2012



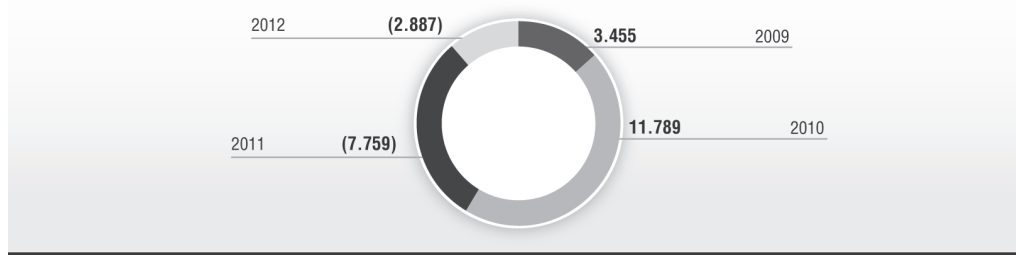
Na malha atual, a Companhia no ano de 2012 investiu R\$ 54.090 mil, contra R\$ 40.416 mil no ano de 2011. O investimento foi maior em 2012, para recuperação de superestrutura (substituições de dormentes, substituição e reposição de lastros, substituições de trilhos, soldagem, socaria, alinhamento e nivelamento de linha e reformas diversas) e Recuperação de Infraestrutura, Máquinas e Equipamentos e Ferramentas.



O número de colaboradores em 2012 foi de 1.087 pessoas, contra o total de 1.174 em 2011. A adequação no quadro ocorreu pela reestruturação na Companhia, através da melhor ordenação de processos, métodos e ferramentas de trabalho.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

DESEMPENHO FINANCEIRO



O EBITDA, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros e impostos, atingiu o valor de (R\$ 2.887) mil negativos em 2012. Uma melhora de 63% devido, principalmente, à redução nos custos e despesas comerciais e administrativas.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de (R\$ 13.497) mil negativo em 2012. Em 2011 o lucro bruto foi de (R\$ 13.351) mil negativo.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$ mil)

Ativos	Nota explicativa	2012	2011	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2012	2011
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.195	96.108	Fornecedores	12	287.167	176.316
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	6.042	6.363	Empréstimos e financiamentos	13	39.791	98.829
Estoques	7	19.745	11.308	Impostos e contribuições a recolher		20.063	10.527
Impostos a recuperar	8	29.928	18.614	Partes relacionadas - mútuo	10	43.127	-
Despesas antecipadas	9	16.353	1.484	Outras contas a pagar		7.646	13.446
Outras contas a receber		3.200	2.640	Provisões		-	7.300
Total dos ativos circulantes		114.463	136.517	Debêntures	14	81.885	579
				Adiantamento de clientes		1.724	1.606
Não Circulantes				Total dos passivos circulantes		481.403	308.603
Aplicação financeira	5	116.725	123.867	Não Circulantes			
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	2.338	2.252	Empréstimos e financiamentos	13	685.769	524.616
Valores a receber - parte relacionada	10	-	531	Debêntures	14	1.721.892	1.583.014
Depósitos judiciais	15	13.065	17.827	Receita diferida	16	7.307	7.861
Impostos a recuperar	8	107.957	107.531	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	32.420	15.272
Imobilizado	11	4.770.434	3.687.334	Mútuo - parte relacionada	10	166.149	53.418
Intangível		94	221	Outras contas a pagar		1.533	1.533
Total dos ativos não circulantes		5.010.613	3.939.563	Adiantamento para futuro aumento do capital	10	121.262	21.981
				Total dos passivos não circulantes		2.736.332	2.207.695
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17	2.317.722	1.894.142
				Prejuízos acumulados		(410.381)	(334.360)
				Total do patrimônio líquido		1.907.341	1.559.782
Total dos ativos		5.125.076	4.076.080	Total dos passivos e patrimônio líquido		5.125.076	4.076.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2012	2011		Nota explicativa	2012	2011
Receita líquida de serviços	18	64.308	70.603	Resultado financeiro			
Custos dos serviços prestados	19	(64.224)	(82.539)	Receitas financeiras	21	8.652	22.357
Lucro (prejuízo) bruto		84	(11.936)	Despesas financeiras	21	(44.381)	(27.709)
Receitas (despesas) operacionais						(35.729)	(5.352)
Despesas administrativas e gerais	19	(15.181)	(18.650)	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(76.021)	(56.577)
Despesas com vendas	19	(2.600)	(4.239)	Imposto de renda e contribuição social		-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(22.595)	(16.400)	Prejuízo do Exercício		(76.021)	(56.577)
Resultado antes do resultado financeiro		(40.292)	(51.225)	Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações		(26)	(30)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	2012	2011
Prejuízo do exercício	(76.021)	(56.577)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(76.021)	(56.577)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
 LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 DE 2012** (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Adianta- mento para aumento de capital	Pre- juízos acumu- lados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010		1.084.155	-	(277.783)	806.372
Aumento de capital com capitalização de AFAC		-	289.314	-	289.314
Aumento de capital	809.987		(289.314)	-	520.673
Prejuízo do exercício		-	-	(56.577)	(56.577)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.894.142		-	(334.360)	1.559.782
Aumento de capital	17	423.580	-	-	423.580
Prejuízo do exercício		-	-	(76.021)	(76.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.317.722	-	(410.381)	1.907.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	2012	2011
Receitas	80.010	88.026
Vendas de serviços	80.388	86.564
Outras receitas	249	2.382
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(627)	(920)
Insumos adquiridos de terceiros	(54.617)	(66.102)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(21.091)	(27.720)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.703)	(10.390)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros - Adm./Coml.	(5.436)	(8.017)
Outras - materiais de consumo Adm./Coml. e outros	(17.386)	(19.975)
Valor adicionado bruto	25.393	21.924
Depreciação, amortização e exaustão	(19.442)	(27.131)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.951	(5.207)
Valor adicionado recebido em transferência	8.652	22.358
Receitas financeiras	8.652	22.358
Valor adicionado total a distribuir	14.603	17.150
Distribuição do valor adicionado	14.603	17.150
Pessoal	27.185	28.118
Remuneração direta	16.105	16.630
Benefícios	6.936	7.380
FGTS	1.592	1.602
INSS (incluindo SAT)	2.552	2.506
Impostos, taxas e contribuições	21.678	18.243
Federais	10.576	9.364
Estaduais	10.386	7.732
Municipais	716	1.147
Remuneração de capitais de terceiros	41.761	27.366
Juros	35.766	23.818
Aluguéis	496	840
Outras	5.499	2.708
Remuneração de capitais próprios	(76.021)	(56.577)
Prejuízo do exercício	(76.021)	(56.577)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(76.021)	(56.577)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	19.442	25.321
Variações monetárias e juros - líquido	39.065	21.591
Aumento da provisão para contingências	9.848	5.594
Apropriação dos resultados de exercícios futuros	(554)	(555)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	627	-
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes e outros créditos	(392)	3.752
Estoques	(8.437)	1.082
Depósitos judiciais	4.762	(6.096)
Impostos a recuperar	(11.740)	(33.908)
Adiantamento ao fornecedor	(343)	54
Outras contas a receber	(217)	(396)
Valores a receber - parte relacionada	-	-
Despesas antecipadas	(14.869)	(1.106)
Fornecedores	(114.149)	157.933
Adiantamento de clientes	118	(173)
Outras contas a pagar	(3.800)	(251.517)
Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias	9.536	(4.315)
Juros pagos	(33.989)	(29.304)
Arrendamento e concessão principal pago	(2.000)	(2.000)
Juros recebidos	(1.213)	12.151
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(184.326)	(158.469)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira não circulante	8.355	(11.384)
Aquisição de imobilizado	(761.638)	(1.614.795)
Juros capitalizados pagos	-	(20.816)
Juros capitalizados	-	(61.496)
Demais custos financeiros capitalizados pagos	-	(2.415)
Demais custos financeiros capitalizados	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(753.283)	(1.710.906)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento na emissão de ações preferenciais	56.194	302.604
Aporte de capital de acionistas	367.387	507.383
Captação de AFAC com a controladora	99.281	89.224
Emissão de debêntures conversíveis	121.860	468.293
Obtenção de financiamentos com o BNDES e FNE	25.205	30.000
Obtenção de financiamentos com o BNB-FNE	66.936	-
Obtenção de financiamentos CSN x TLSA (mútuo)	163.509	51.391
Obtenção de financiamentos FINAME	17.469	-
Amortização de financiamentos com o BNDES	(24.653)	(24.653)
Amortização de financiamentos com a CSN	(12.491)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	880.695	1.424.242
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(56.913)	(445.133)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.108	541.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.195	96.108
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(56.913)	(445.133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Os bens da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) também foram arrendados pela Companhia em 31 de dezembro de 1997, conforme contrato nº 071/97, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, ver nota explicativa nº 20 acordos de concessão.

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A., registro inicial de Companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Companhia Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Transnordestina Logística S.A.

Continuidade operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos constantes nos últimos exercícios sociais, o que gera a necessidade de ingressos de recursos por parte dos acionistas e de terceiros para o financiamento de suas operações. Esse ciclo deverá continuar até que as receitas oriundas das atividades da Companhia sejam suficientes para atingir o equilíbrio financeiro necessário.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., com a Transnordestina S.A. e os órgãos da Administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) - (atual SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDESPAR firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado "Projeto Nova Transnordestina".

O orçamento vigente para este projeto é de R\$ 5,422 bilhões sendo, R\$ 1,357 bilhões provenientes do acionista controlador, R\$ 165 milhões do acionista VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 823 milhões de aumento de capital com recursos do FINOR - Fundo do Investimento do Nordeste, R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do FNE, R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 2,672 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Até 31 de dezembro de 2012 foram investidos no projeto o montante de R\$ 3,703 bilhões (R\$ 3,089 bilhões em 31 de dezembro de 2011), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 349 mil, FNE R\$ 153 mil, FDNE R\$ 1,587 bilhões, BNDES R\$ 225 mil, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. R\$ 165 mil e recursos da controladora R\$ 1,224 bilhões.

A Companhia está em fase de aprovação de revisão orçamentária juntamente aos acionistas e órgãos financiadores. Após revisão dos projetos executivos (quantitativos) e preços unitários (valores) e adequação do prazo de conclusão da obra para o final de 2015, o orçamento em processo de aprovação monta R\$ 7,542 bilhões, estando definido que os atuais financiadores do projeto suportarão o incremento orçamentário em proporção similar às suas participações atuais no projeto.

A nova ferrovia, com extensão de 1.728 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE). Em 2009 a Companhia contratou a Construtora Norberto Odebrecht para executar o trecho de Eliseu Martins (PI) até o Porto de SUAPE (PE), conforme cronograma do projeto. Em 31 de dezembro de

2012, o cronograma do "Projeto Nova Transnordestina" apresenta-se com evolução de 39% (34% em 31 de dezembro de 2011), no qual tem previsão inicial de conclusão até segundo semestre de 2015, condicionado aos aportes dos recursos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Na elaboração das demonstrações financeiras as práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas na Imprensa Oficial em 9 e 10 de abril de 2012.

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contabilização da provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber.
- Nota 10 - Valor residual do ativo imobilizado, incluindo a análise de recuperabilidade (*Impairment*).
- Nota 13 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

• Custo de aquisição de *Softwares* 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

k. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e

b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

n. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

o. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

IFRSs novas e revisadas que afetam apenas a apresentação e divulgação

As alterações à IFRS 7 - Divulgação - Transferência de ativos financeiros (equivalente ao CPC 40 - R1) não teve qualquer efeito relevante sobre

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

<p>os valores reportados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.</p> <p><u>IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas</u></p> <p>Alterações à IAS 12 - Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.</p> <p><u>Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas</u></p> <p>As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas, mas não são obrigatórias para este exercício e não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; • IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas; • IFRS 11 - Negócios em Conjunto; • IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades; • IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo; • Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente; • Modificações à IFRS 7 Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros; • Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição; • Modificações às IFRS 10, 11 e 12 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição; • IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados; • IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separada; • IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e <i>Joint Ventures</i>; • Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros; • Modificações às IFRSs - Ciclo de melhorias anuais aos 2009-2011; e • IFRIC 20 - Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície. <p>Estas normas são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia julga que as normas citadas anteriormente não terá efeito significativo sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras.</p>	<table border="0" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="text-align: right; width: 10%;"><u>31/12/2012</u></td> <td style="text-align: right; width: 10%;"><u>31/12/2011</u></td> </tr> <tr> <td>Composição da carteira por idade de vencimento</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>A vencer</td> <td style="text-align: right;">3.478</td> <td style="text-align: right;">6.184</td> </tr> <tr> <td>De 1 a 30 dias</td> <td style="text-align: right;">2.350</td> <td style="text-align: right;">1.147</td> </tr> <tr> <td>De 31 a 60 dias</td> <td style="text-align: right;">165</td> <td style="text-align: right;">111</td> </tr> <tr> <td>De 61 a 90 dias</td> <td style="text-align: right;">101</td> <td style="text-align: right;">42</td> </tr> <tr> <td>De 91 a 180 dias</td> <td style="text-align: right;">5</td> <td style="text-align: right;">986</td> </tr> <tr> <td>Acima de 181 dias</td> <td style="text-align: right;">5.562</td> <td style="text-align: right;">2.799</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td style="text-align: right;">11.661</td> <td style="text-align: right;">11.269</td> </tr> <tr> <td>Movimentação da provisão no exercício</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td style="text-align: right;"><u>31/12/2012</u></td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial em 31/12/2011</td> <td></td> <td style="text-align: right;">2.654</td> </tr> <tr> <td>(+) Constituição de provisão no exercício</td> <td></td> <td style="text-align: right;">880</td> </tr> <tr> <td>(-) Reversão de provisão no exercício</td> <td></td> <td style="text-align: right;">(253)</td> </tr> <tr> <td>(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td></td> <td style="text-align: right;">3.281</td> </tr> </table> <p>A Companhia constitui a provisão para redução do valor recuperável com base na análise individualizada da carteira de clientes considerando os títulos vencidos acima de 31 dias (variando de 50% a 100% do valor do título), perdas históricas e análise de rentabilidade futura e entende que o montante constituído é suficiente para cobrir eventuais perdas de inadimplência no exercício.</p> <p>A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente, e após análise de relevância, o ajuste a valor presente foi julgado imaterial, não sendo efetuado seu reconhecimento nas demonstrações financeiras.</p> <p>7. ESTOQUES</p> <table border="0" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="text-align: right; width: 10%;"><u>31/12/2012</u></td> <td style="text-align: right; width: 10%;"><u>31/12/2011</u></td> </tr> <tr> <td>Almoxarifado</td> <td style="text-align: right;">16.583</td> <td style="text-align: right;">7.075</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td style="text-align: right;">3.162</td> <td style="text-align: right;">4.233</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td style="text-align: right;">19.745</td> <td style="text-align: right;">11.308</td> </tr> </table> <p>8. IMPOSTOS A RECUPERAR</p> <table border="0" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="text-align: right; width: 10%;"><u>31/12/2012</u></td> <td style="text-align: right; width: 10%;"><u>31/12/2011</u></td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td style="text-align: right;">36.116</td> <td style="text-align: right;">33.754</td> </tr> <tr> <td>ICMS sobre ativo imobilizado</td> <td style="text-align: right;">58.850</td> <td style="text-align: right;">46.075</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td style="text-align: right;">9.591</td> <td style="text-align: right;">9.596</td> </tr> <tr> <td>COFINS sobre ativo imobilizado</td> <td style="text-align: right;">15.958</td> <td style="text-align: right;">18.999</td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td style="text-align: right;">2.220</td> <td style="text-align: right;">2.221</td> </tr> <tr> <td>PIS sobre ativo imobilizado</td> <td style="text-align: right;">3.535</td> <td style="text-align: right;">4.196</td> </tr> <tr> <td>IRPJ sobre aplicação financeira curto prazo</td> <td style="text-align: right;">9.008</td> <td style="text-align: right;">7.944</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td style="text-align: right;">2.607</td> <td style="text-align: right;">3.360</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td style="text-align: right;">137.885</td> <td style="text-align: right;">126.145</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td style="text-align: right;">29.928</td> <td style="text-align: right;">18.614</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td style="text-align: right;">107.957</td> <td style="text-align: right;">107.531</td> </tr> </table> <p>ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado</p> <p>Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Nova Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.</p> <p>A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão plenamente realizáveis a partir do início das operações da Nova Transnordestina.</p> <p>PIS e COFINS a recuperar</p> <p>Trata-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado, a partir do mês de agosto de 2004. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos que são realizados através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/48 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04. O aumento crescente no saldo de tais créditos é decorrente do elevado volume de aquisições de ativo imobilizado da Companhia no Projeto Nova Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1.</p> <p>9. DESPESAS ANTECIPADAS</p> <p>As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, sendo apropriadas mensalmente ao resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros.</p> <p>Trata-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da nova ferrovia denominada Nova Transnordestina, bem como, de seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.</p> <p>10. PARTES RELACIONADAS</p> <p>Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.</p>		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	Composição da carteira por idade de vencimento			A vencer	3.478	6.184	De 1 a 30 dias	2.350	1.147	De 31 a 60 dias	165	111	De 61 a 90 dias	101	42	De 91 a 180 dias	5	986	Acima de 181 dias	5.562	2.799	Total	11.661	11.269	Movimentação da provisão no exercício					<u>31/12/2012</u>	Saldo inicial em 31/12/2011		2.654	(+) Constituição de provisão no exercício		880	(-) Reversão de provisão no exercício		(253)	(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa		3.281		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	Almoxarifado	16.583	7.075	Outros	3.162	4.233	Total	19.745	11.308		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	ICMS	36.116	33.754	ICMS sobre ativo imobilizado	58.850	46.075	COFINS	9.591	9.596	COFINS sobre ativo imobilizado	15.958	18.999	PIS	2.220	2.221	PIS sobre ativo imobilizado	3.535	4.196	IRPJ sobre aplicação financeira curto prazo	9.008	7.944	Outros	2.607	3.360	Total	137.885	126.145	Circulante	29.928	18.614	Não circulante	107.957	107.531
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>																																																																																												
Composição da carteira por idade de vencimento																																																																																														
A vencer	3.478	6.184																																																																																												
De 1 a 30 dias	2.350	1.147																																																																																												
De 31 a 60 dias	165	111																																																																																												
De 61 a 90 dias	101	42																																																																																												
De 91 a 180 dias	5	986																																																																																												
Acima de 181 dias	5.562	2.799																																																																																												
Total	11.661	11.269																																																																																												
Movimentação da provisão no exercício																																																																																														
		<u>31/12/2012</u>																																																																																												
Saldo inicial em 31/12/2011		2.654																																																																																												
(+) Constituição de provisão no exercício		880																																																																																												
(-) Reversão de provisão no exercício		(253)																																																																																												
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa		3.281																																																																																												
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>																																																																																												
Almoxarifado	16.583	7.075																																																																																												
Outros	3.162	4.233																																																																																												
Total	19.745	11.308																																																																																												
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>																																																																																												
ICMS	36.116	33.754																																																																																												
ICMS sobre ativo imobilizado	58.850	46.075																																																																																												
COFINS	9.591	9.596																																																																																												
COFINS sobre ativo imobilizado	15.958	18.999																																																																																												
PIS	2.220	2.221																																																																																												
PIS sobre ativo imobilizado	3.535	4.196																																																																																												
IRPJ sobre aplicação financeira curto prazo	9.008	7.944																																																																																												
Outros	2.607	3.360																																																																																												
Total	137.885	126.145																																																																																												
Circulante	29.928	18.614																																																																																												
Não circulante	107.957	107.531																																																																																												

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

a. Controladora

A controladora direta da Companhia é a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, detendo 76,1% de participação (70,91% em 31 de dezembro de 2011). Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia não incorreu em transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços.

A Companhia realizou as transações comerciais a seguir relacionadas com estas partes relacionadas indiretas até os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	Taquari	BNDES	31/12/2012	31/12/2011
Ativo					
Valores a receber (a)	-	-	-	-	531
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos (b)	-	-	408.111	408.111	390.267
Adiantamento para futuro aumento capital (c)	121.262	-	-	121.262	21.981
Contrato de mútuo (d)	209.276	-	-	209.276	53.418

Resultado

Despesas financeiras, líquidas (b) style="text-align: center;">- style="text-align: center;">- style="text-align: center;">11.441 style="text-align: center;">11.441 style="text-align: center;">13.574

(a) Taquari Participações - trata-se de valores a receber da investidora, em virtude de subscrição de capital não integralizado e baixado em 2012.

(b) BNDES - Financiamentos e juros incorridos sobre os financiamentos contraídos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina. Ver nota 11 para detalhes adicionais.

(c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC efetuado pela controladora, com previsão para integralização na próxima Assembleia Geral Ordinária.

(d) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto a controladora possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros e IOF.

b. Honorários da Diretoria

A remuneração acumulada do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está composta por:

	Diretoria	
	31/12/2012	31/12/2011
Número de membros	5	5
Remuneração fixa do exercício	2.578	3.947
Honorários	570	2.301
Salário ou pró-labore	2.008	1.646
Valor total da remuneração	2.578	3.947

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2012		
		Custo	Depreciação	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	25.636	(8.915)	16.721
Vagões e veículos	20	663	(661)	2
Benfeitoria em propriedade arrendada: (a)	-	322.552	(103.268)	219.284
Trilhos	4	11.765	(5.209)	6.556
Dormentes	1,5 a 20 (*)	61.766	(50.972)	10.794
Equipamentos de comunicação	20	934	(868)	66
Lastro	3,33	8.444	(3.708)	4.736
Outras imobilizações	15	7.356	(1.155)	6.201
Total imobilizado em operação		439.116	(174.756)	264.360
Imobilização em andamento - Geral (b)	-	4.506.074	-	4.506.074
Total		4.945.190	(174.756)	4.770.434

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2011		
		Custo	Depreciação	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	8.757	(4.318)	4.439
Vagões e veículos	20	663	(662)	2
Benfeitoria em propriedade arrendada: (a)	-	314.439	(88.864)	225.575
Trilhos	4	11.765	(4.636)	7.129
Dormentes	1,5 a 20 (*)	61.766	(45.361)	16.405
Equipamentos de comunicação	20	933	(838)	95
Lastro	3,33	8.444	(3.300)	5.144
Outras imobilizações (b)	15	25.104	(7.336)	17.768
Total imobilizado em operação		431.871	(155.314)	276.557
Imobilização em andamento - Geral (c)	-	3.410.777	-	3.410.777
Total		3.842.648	(155.314)	3.687.334

(*) A taxa anual de depreciação dos dormentes varia de 1,5 a 20% a.a., conforme o material aplicado.

Movimentação

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciação	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2012
Imobilização em operação, líquida						
Máquinas e equipamentos	4.439	11.880	-	(2.056)	2.458	16.721
Vagões e veículos	2	-	-	-	-	2
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	225.575	-	-	(10.686)	4.395	219.284
Trilhos	7.129	-	-	(573)	-	6.556
Dormentes	16.405	-	-	(5.611)	-	10.794
Equipamentos de telecomunicação	95	1	-	(30)	-	66
Lastro	5.144	-	-	(408)	-	4.736
Outras imobilizações	17.768	7	-	(78)	(11.496)	6.201
Total imobilizado em operação	276.557	11.888	-	(19.442)	(4.643)	264.360
Imobilização em andamento - Geral	3.410.777	1.090.654	-	-	4.643	4.506.074
Total	3.687.334	1.102.542	-	(19.442)	-	4.770.434

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

a. Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, representadas por:

	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação % 31/12/2012	Taxa anual de depreciação % 31/12/2011
Edificações	25 anos	4,00	4,00
Via permanente	60 anos	1,66	1,66
Veículos	10 anos	10,00	10,00
Locomotivas	25 anos	4,00	4,00
Vagões	30 anos	3,33	3,33
Instalações	10 anos	10,00	10,00
Acessórios metálicos	20 anos	5,00	5,00

b. De acordo com a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, devem ser registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo de origem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou o montante líquido de receitas e despesas financeiras de R\$ 123.019 (R\$ 105.144 em 31 de dezembro de 2011).

c. Para mais detalhes sobre a natureza das obras em andamento veja nota explicativa 1.

Opção pelo custo histórico

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (01/01/2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de

valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16) e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. Adicionalmente a totalidade do ativo imobilizado da Companhia está concentrado nas obras em andamento. Os demais ativos oriundos da RFFSA e que fazem parte do contrato de concessão estão totalmente depreciados. Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Impairment

A Companhia efetuou a análise do valor recuperável de ativos (Impairment) na data base de 31 de dezembro de 2012 conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de ajustes e ou provisões com base: i) no valor de mercado dos ativos e valor do patrimônio líquido que não divergem do seu valor contábil; ii) ausência de indícios ou até mesmo mudanças significativas que poderão afetar o ambiente tecnológico, de mercado ou legal da Companhia; iii) manutenção preventiva dos seus itens de ativo imobilizado que evidencia a ausência de obsolescência de seus bens; dentre outros fatores internos ou externos. Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia não identificou indícios ou evidências que justificassem a constituição de estimativa.

12. FORNECEDORES

	2012	2011
Fornecedor para aquisição de imobilizado	225.000	120.228
Outros	62.167	56.088
Total	287.167	176.316

13. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo 31/12/2011	Adições/ liberações	Atualização financeira (*)	Amortização principal	Amortização juros	Reclassificação	Saldo 31/12/2012
BNB (b)	2027	7,5% a.a.	232.196	66.936	25.433	-	(24.622)	-	299.943
	2019	TJLP + 1,50% a.a.	390.267	25.205	28.899	(24.653)	(11.607)	-	408.111
BNDDES (a)									
Banco Itaú	2022	5,5% a.a.	-	17.469	288	-	(251)	-	17.506
BB (**)			982	-	-	(12)	-	(970)	-
			623.445	109.610	54.620	(24.665)	(36.480)	(970)	725.560
Circulante			98.829						39.791
Não Circulante			524.616						685.769

(*) A atualização financeira inclui R\$ 32.983 capitalizado e R\$ 21.637 de despesa de juros, estando apresentada líquida das amortizações dos custos de transação no valor de R\$ 2.564.

(**) A conta garantia utilizada de saldo R\$ 970, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2011), está sendo apresentada líquida do saldo de "Caixa e bancos", nota explicativa nº 4.

a. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDDES** Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente e que em 31 de dezembro de 2012 possuíam saldos garantidos de R\$ 736. Os financiamentos têm vencimento para 2027.

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia amortizou o montante de R\$ 36.260 (R\$ 38.319 em 31 de dezembro de 2011) sendo R\$ 24.653 (R\$ 24.653 em 31 de dezembro de 2011) de principal e R\$ 11.607 (R\$ 13.666 em 31 de dezembro de 2011) de encargos financeiros.

A Companhia recebeu em 2012 R\$ 25.205 (R\$ 30.000 em 31 de dezembro de 2011) em liberações de recursos para o Projeto Nova Transnordestina.

Cronograma de desembolsos BNDDES

	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	87.429
2013	24.839	34.526
2014	49.616	32.643
2015 a 2027	333.656	235.669
Total	408.111	390.267

b. Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do

trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Nova Transnordestina e revitalização da malha atual. A liberação dos recursos restantes está condicionada a prestação de contas da utilização dos recursos liberados.

A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 15 anos (ambos de 2013-2027 - com nova condição a partir do aditivo realizado ao contrato em 26/09/11). A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela Controladora. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 24.622 (R\$ 15.621 em 31 de dezembro de 2011) a título de encargos financeiros.

Cronograma de desembolsos BNB

	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	10.418
2013	14.916	38.257
2014	53.884	41.909
2015 a 2027	231.143	141.612
Total	299.943	232.196

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

c. Banco Itaú BBA S.A. - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagos do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014-2022). A garantia é por meio de alienação fiduciária. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 251 a título de encargos financeiros.

Cronograma de desembolsos Itaú

	31/12/2012
2012	-
2013	36
2014	2.029
2015 a 2027	15.441
Total	17.506

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, bem como projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

14. DEBÊNTURES

No exercício de 2011, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Até 31 de dezembro de 2012, o montante de debêntures acrescido de juros era de R\$ 1.803.777, conforme abaixo:

	Data da emissão	Principal na data da emissão	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2012	Saldo atualizado em 31/12/2011
1ª Emissão	09/03/2010	336.647	60.783	397.430	374.679
2ª Emissão	25/11/2010	350.270	46.011	396.281	373.596
3ª Emissão	01/12/2010	338.036	44.219	382.255	360.370
4ª Emissão	04/10/2011	468.293	35.506	503.799	474.948
5ª Emissão	19/09/2012	121.860	2.152	124.012	-
		1.615.106	188.671	1.803.777	1.583.593
Circulante				81.885	579
Não circulante				1.721.892	1.583.014
			Novas emissões	Atualização financeira (*)	Amortização de juros
31/12/2011			121.860	100.811	(2.487)
1.583.593					1.803.777

(*) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

O contrato de debêntures não se enquadra como um instrumento financeiro com derivativo embutido, pois não possui a condição básica para que seja considerado um derivativo, na qual o fluxo de caixa deve ser modificado por algum indexador. Neste caso o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, apenas a forma de recebê-lo pode ser através de instrumento patrimonial ou em dinheiro. Além do fato de que o objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado e avaliação do derivativo é nula.

a. 1ª emissão

Em 9 de março de 2010, a Companhia efetuou a 1ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 336.647 referentes a primeira liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 1ª emissão
 Série da emissão: Primeira
 Data de emissão: 09/03/2010
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 336.647.184
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 336.647.184,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.
 Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
 Amortização: Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

b. 2ª emissão

Em 25 de novembro de 2010, a Companhia efetuou a 2ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 350.270 referentes a segunda liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 2ª emissão
 Série da emissão: Segunda
 Data de emissão: 25/11/2010
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 350.270.386
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 350.270.386,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.

Garantias:

Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.

Amortização:

Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

c. 3ª emissão

Em 1º de dezembro de 2010, a Companhia efetuou a 3ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 338.036 referentes a terceira liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 3ª emissão
 Série da emissão: Terceira
 Data de emissão: 01/12/2010
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 338.035.512
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 338.035.512,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.
 Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
 Amortização: Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

Conforme cláusula de conversibilidade, as debêntures poderão ser convertidas em ações pela SUDENE, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou resgate, e respeitando o limite de 50% de cada parcela semestral.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, onde o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

d. 4ª emissão

Em 4 de outubro de 2011, a Companhia efetuou a 4ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 468.293 referentes a quarta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 4ª emissão
 Série da emissão: Quarta
 Data de emissão: 04/10/2011
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 468.293.037

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 468.293.037,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.
 Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
 Amortização: Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

e. 5ª emissão

Em 19 de setembro de 2012, a Companhia efetuou a 5ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 121.860 referentes a quinta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 5ª emissão
 Série da emissão: Quinta
 Data de emissão: 19/09/2012
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 121.859.549
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 121.859.549,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.
 Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
 Amortização: Em 31 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de outubro de 2013 e a última em 3 de outubro de 2027.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade, as debêntures poderão ser convertidas em ações pela SUDENE, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou resgate, e respeitando o limite de 50% de cada parcela semestral.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;

- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%. Em 31 de dezembro de 2012, o valor total da garantia é R\$ 6.360 milhões e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 2.672 milhões.

Relação das garantias:

- (a) Fiança corporativa da CSN até o limite de 40% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;
- (b) Fundo de liquidez representado por aplicações financeira em conta corrente;
- (c) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- (d) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais já existentes, restritos ao valor de R\$ 10.535;
- (e) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.
- (f) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 168.844.

15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis (a)	7.285	151	7.134	3.621
Trabalhistas (b)	7.892	7.211	681	(2.993)
Tributárias	2.441	5.703	(3.262)	(3.957)
Previdenciárias	570	-	570	-
Ativos da RFFSA (c)	774	-	774	774
Passivos ambientais (d)	2.100	-	2.100	-
Outras contingências (e)	6.158	-	6.158	-
Multa Poder Concedente (f)	5.200	-	5.200	-
	32.420	13.065	19.355	(2.555)

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2011		31/12/2012	
	Saldo inicial	Adição a provisão	Utilização	Saldo final
Cíveis	4.360	4.301	(98)	7.285
Trabalhistas	9.389	2.806	(507)	7.892
Tributárias	749	1.692	-	2.441
Previdenciária	-	570	570	-
Outras provisões	774	13.458	-	14.232
	15.272	22.827	(605)	32.420

(*) As baixas ocorridas em 2012 foram decorrentes de diminuição dos valores de riscos, bem como das mudanças de grau dos riscos dos processos.

a. Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais, no montante aproximado de R\$ 7.285 (R\$ 4.360 em 31 de dezembro de 2011). Para suportar essas contingências cíveis, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 151 (R\$ 739 em 31 de dezembro de 2011).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

b. Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, no montante aproximado de R\$ 7.892 (R\$ 9.389 em 31 de dezembro de 2011). Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 7.211 (R\$ 2.806 em 31 de dezembro de 2011). Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

c. Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face de eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. Considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados foi provisionado o montante de R\$ 774 (R\$ 774 em 31 de dezembro de 2011).

d. Passivos ambientais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém registrada a provisão de R\$ 2.100 (R\$ 2.100 em 31 de dezembro de 2011), para fazer face de eventuais perdas em processos/multas ambientais junto a IBAMA decorrente de Auto de Infração.

Estes passivos ambientais eram considerados na rubrica de “outras contas a pagar circulante”, em 31 de dezembro de 2011. Durante o exercício de 2012, a Administração da Companhia revisitou a situação e passou a tratar como contingência não circulante.

e. Outras contingências

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém registrada uma provisão de R\$ 6.158, sendo R\$ 0,685, para fazer face a eventuais perdas de combustível entre o volume do Planejamento Mensal e o volume efetivamente transportado e disponibilizado (*Take or Pay*) pela Companhia e R\$ 5.473 para fazer face a eventuais perdas de combustível em trânsito e multa de diferença no valor do frete.

f. Multa poder concedente

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém registrada uma provisão de R\$ 5.200 (R\$ 5.200 em 31 de dezembro de 2011), para fazer face a pagamento de valores devidos pela Companhia à ANTT, a título de sanções pecuniárias.

Estas multas eram considerados na rubrica de “outras contas a pagar circulante”, em 31 de dezembro de 2011. Durante o exercício de 2012, a Administração da Companhia reanalisou a situação e passou a tratar como contingência não circulante.

g. Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 334.890 (R\$ 136.769 em 31 de dezembro de 2011) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações indenizatórias de acidentes ferroviários e verbos rescisórias trabalhistas.

A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que a Companhia é parte, classificados como risco de perda possível:

- A Companhia vem mantendo questionamentos referente a cobrança de serviços faturados junto a um dos seus principais fornecedores da construção da Ferrovia Nova Transnordestina. Para os faturamentos até dezembro de 2012 há registrado o valor de R\$ 225 milhões na conta de Fornecedores, o qual inclui serviços questionados e serviços acatados. Foi instaurado em julho de 2012 um processo arbitral na Câmara de Comércio Internacional (CCI), com o valor estimado de R\$ 177 milhões na ocasião, cujo requerente pleiteia o recebimento dos valores faturados acrescidos de multa e juros. A Administração e seus consultores jurídicos entendem que o risco de perda deste processo é possível.
- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, na esfera trabalhista, processo nº 0001149-49.2011.5.06.0391 em curso na comarca de Salgueiro (PE), visa computar na jornada de trabalho as horas de trajeto, além do cumprimento do intervalo intrajornada e a concessão de intervalo para alimentação. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 10.000 (R\$ 4.360 em 31.12.2011).
- Ação de Indenização, na esfera cível, processo nº 53306-24.2009.8.06.0001/0, em curso na 18ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa indenização por acidente ferroviário que vitimou um empregado e avariou seu caminhão. A parte contrária requer danos materiais, lucro cessante e danos morais. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 2.353 (R\$ 2.353 em 31 de dezembro de 2011).
- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 1827150-11.2011.8.13.0024, em curso na 24ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte (MG), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento das horas paradas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz,

na data base de 31.12.2012, R\$ 3.122 (R\$ 3.122 em 31 de dezembro de 2011).

- Ação na esfera tributária, processo nº 3596-92.2007.8.10.0001, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade/ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 3.218 (R\$ 2.308 em 31 de dezembro de 2011).
- Ação na esfera tributária, processo nº 11108-58.2009.8.10.0001, visa a declaração de nulidade dos autos de infração nº 54763000120-9, 54763000122-5, 54763000123-3, 54763000124-1, 54763000110-1, 54763000112-8, 54763000113-6, 54763000114-4, 54763000118-7, 54763000117-9, 54763000130-6, 54763000131-4, 54763000132-2, 54763000125-0, 54763000128-4 e 54763000129-2, que exigem crédito tributário de ICMS. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 2.436 (R\$ 1.961 em 31 de dezembro de 2011).
- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, na esfera trabalhista, processo nº 0001150-34.2011.5.06.0391 em curso na comarca de Salgueiro (PE), visando o cumprimento das normas de Segurança e Medicina do Trabalho. Realizado acordo em janeiro/2012. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 50.000.
- Auto de infração lavrado para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras civis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia-PE. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 12.014 e R\$ 4.339, respectivamente.
- Auto de Infração lavrado para constituição de suposto crédito tributário de ICMS decorrente da glosa de crédito do imposto no período de janeiro/2004 a dezembro/2008 referente a aquisição de óleo combustível utilizado como insumo na prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas, em favor de terceiros. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 6.026.

16. RECEITA DIFERIDA

Refere-se ao saldo dos recursos recebidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 7.307 (R\$ 7.861 em 31 de dezembro de 2011) pagos pela Intelig Telecomunicações Ltda., para a utilização de faixas de domínio e implantação de uma rede de fibra óptica na margem da ferrovia pelo período de 26 anos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 32.046.612 mil ações nominativas (2.521.468 mil ações em 31 de dezembro de 2011), sendo 23.853.431 mil ações ordinárias (1.792.785 mil em 31 de dezembro de 2011) e 8.193.181 mil ações preferenciais (728.683 mil em 31 de dezembro de 2011), sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	Quantidade de ações	
	31/12/2012	31/12/2011
Taquari Participações S.A.	753.324	75.332.420
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	24.397.350	1.788.051.228
BNDES Participações - BNDESPAR	1.658.120	165.812.090
FINOR	513.582	59.124.954
FINAME	261.563	21.062.850
BNDES	1.890.798	154.896.316
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	2.571.875	257.187.500
Demais acionistas	-	475
	32.046.612	2.521.467.833

O aumento de capital ocorrido durante o exercício de 2012 ocorreu da seguinte forma:

Em 11 de abril de 2012, o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR integralizou 51.358.208 novas ações nominativas preferenciais, classe “B”, sem direito a voto, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 0,62, perfazendo um aumento total no valor de R\$ 31.842.088,96.

Em 19 de abril de 2012 foi aprovado novo aumento de capital social, mediante a emissão de 39.277.037 novas ações nominativas preferenciais, classe “B”, sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,62, perfazendo um total de R\$ 24.351.762,94, as quais foram integralmente subscritas pelo FINOR em 20 de abril de 2012.

Em 26 de abril de 2012, o Conselho de administração aprovou o aumento de capital com utilização de créditos registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$ 184.340.588,60, mediante a emissão de 297.323.530 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,62.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 31 de julho de 2012, o Conselho de administração aprovou o aumento de capital da Companhia, com utilização de créditos registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$ 183.045.949,24, por meio da emissão de 295.235.402 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,62.

Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e das ações preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), sem que haja qualquer alteração no valor total do capital social ou nos direitos conferidos por essas ações aos seus titulares. Conforme deliberado na mesma Assembleia Geral ficou concedido o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação de aviso aos acionistas, para que os mesmos, em decorrência do grupamento, passassem a ser titulares de menos que 1 ação possa, a seu livre e exclusivo critério, ajustar suas respectivas posições, o que se daria mediante doação pela acionista controladora - Companhia Siderúrgica Nacional - CSN de 1 (uma) ação de emissão da Companhia, já considerados os efeitos do grupamento, da respectiva espécie e classe.

Transcorrido o prazo para o ajuste pelos acionistas de suas posições acionárias, as frações de ações que restarem foram canceladas pela Companhia que colocou à disposição dos acionistas que tiverem frações

canceladas o valor correspondente às mesmas, o qual foi equivalente à fração detida pelo acionista multiplicada pelo valor patrimonial da ação pós-grupamento calculado com base no balanço de 30 de junho de 2012: R\$ 55,27 (cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos) por ação/pós-grupamento.

b. Reservas

• *Reserva legal*

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• *Dividendos*

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício de 2012 e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais neste exercício, comparativamente com o exercício de 2011 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2012	31/12/2011
			Total	Total
Prejuízo do exercício			(76.021)	(56.578)
Quantidade de ações média ponderada durante o ano	2.123.909	794.276	2.918.185	1.876.421
Resultado por ação - básico (por lote de mil ações)			(26,0508)	(30,1521)
Prejuízo diluído por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2012	31/12/2011
			Total	Total
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico por ação das operações continuadas			(76.021)	(56.578)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação (*)	2.123.909	794.276	2.918.185	1.876.421
Resultado por ação - diluído (por lote de mil ações)			(26,0508)	(30,1521)

(*) Instrumentos antidiluidores

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído.

Como consequência, a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	2012	2011
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	500	478

18. RECEITA LÍQUIDA

Receita bruta

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de serviços de transportes	62.397	59.071
Receita acessórias de serviços de transporte	2.673	6.991
Receita com direito de passagem	13.443	12.002
Receita com gestão patrimonial	1.948	1.946
Receita com venda de sucata	-	-
Receita com operação portuária	-	6.983
Total da receita bruta	80.461	86.993

Deduções da receita bruta

	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	(7.913)	(6.732)
PIS	(1.331)	(1.453)
COFINS	(6.130)	(6.691)
ISS	(706)	(1.085)
Deduções e Abatimentos	(73)	(429)
	(16.153)	(16.390)

Receita líquida dos serviços prestados	64.308	70.603
--	--------	--------

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

Cientes	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Maior cliente	15.778	20%	17.207	20%
2º e 3º maiores clientes	28.631	35%	22.721	26%
Outros	36.052	45%	47.065	54%
Total	80.461	100%	86.993	100%

19. CUSTOS E DESPESAS

Custos

	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	18.377	18.478
Material	13.391	14.411
Serviço	14.412	24.335
Depreciação e amortização	18.044	25.315
Total dos custos	64.224	82.539

Despesas com vendas

Folha de pagamento	1.112	1.461
Serviço	1.425	2.725
Depreciação e amortização	63	53
Total das despesas com vendas	2.600	4.239

Despesas administrativas

Folha de pagamento	7.332	7.140
Material	3.031	4.508
Serviço	3.483	5.239
Depreciação e amortização	1.335	1.763
Total das despesas administrativas	15.181	18.650

Outras despesas operacionais

Provisão para contingências	11.039	6.011
Provisão para perda provável de realização do imobilizado	-	3.253
Despesas com arrendamento de bens	46	50
Despesas com concessão	2	3
Baixas de créditos não dedutíveis	100	379
Multas	625	79
Outras despesas	8.552	7.909
Outras receitas	(249)	(2.630)
Impostos incidentes sobre outras receitas	2.480	1.346
Total das outras despesas operacionais	22.595	16.400

20. ACORDOS DE CONCESSÃO

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário ou a previsão de indenização pelos investimentos não amortizados, não sendo requerido, desta forma o registro do valor pagar até final da concessão.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi reconhecido no resultado o montante de aproximadamente R\$ 1.937 referente às parcelas do arrendamento e concessão.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Juros	1.212	12.304
Variações cambiais ativas	-	21
Outros	7.440	10.032
	8.652	22.357
Despesas financeiras		
Juros	(34.496)	(22.358)
IOF	(3.116)	(1.183)
Comissões de fianças bancárias	(2.518)	(1.412)
Outros	(4.251)	(2.756)
	(44.381)	(27.709)
Resultado financeiro	(35.729)	(5.352)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 e 12 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras ora encerradas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	116.725	123.867
Contas a receber de clientes	6.042	6.363
Total	122.767	130.230

Passivos financeiros

						31/12/2012
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	725.560	19.411	20.379	105.529	115.020	465.221
Debêntures	1.803.777	-	81.885	224.805	819.754	677.333
Mútuo	209.276	-	43.127	166.149	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	291.974	290.441	-	-	-	1.533
Total	3.030.587	309.852	145.391	496.483	934.774	1.144.087

						31/12/2011
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	625.070	31.752	32.300	34.041	271.651	255.326
Debêntures	1.583.593	1.208	65.916	216.507	717.130	582.832
Mútuo	53.418	-	-	53.418	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	183.046	181.513	-	-	-	1.533
Total	2.445.127	214.473	98.216	303.966	988.781	839.691

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$ 1 de limite de cheques especiais, o qual havia sido utilizado no montante R\$ 0,97. A utilização de limite de cheque especial está incluída como um componente dos equivalentes de caixa.

b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras, mantidas até o vencimento o valor foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2012 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

d. Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa 19 a.

e. Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Ativos em CDI 31/12/2012 31/12/2011
 132.856 215.982
 Passivos em TJLP 2.231.957 417.156
 Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo dois cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é adotado pela Companhia, com CDI à taxa de 9,66% a.a. e TJLP à taxa de 6,00% a.a., (ii) cenário possível, considerando um aumento e redução de 20% sobre as taxas, passando respectivamente, o CDI para 11,59% a.a. e a TJLP para 7,20% a.a.
 Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Variação positiva</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível</u>
Transação			
Empréstimo em TJLP	2.231.957	TJLP a 6%	TJLP a 4,8%
Receita financeira	-	-	26.783
Aplicações Financeiras em CDI	132.856	CDI a 9,66%	CDI a 11,59%
Receita financeira	-	-	(2.567)
Variação negativa			
Transação			
Empréstimo em TJLP	2.231.957	TJLP a 6%	TJLP a 7,20%
Despesa financeira	-	-	(26.783)
Aplicações Financeiras em CDI	251.603	CDI a 9,66%	CDI a 7,72%
Despesa financeira	-	-	2.567

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.
 Em 31 de dezembro 2012, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R\$ 25.000 para danos materiais, R\$ 200.000 para responsabilidade civil, com as respectivas datas de vigências: 29 de março de 2012 a março de 2013 e 1º de agosto de 2012 a 30 de junho de 2013, e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 1 bilhão e Sub-limite para danos da natureza de R\$ 50.000, com vigência até dezembro de 2015, e ainda seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R\$ 500, danos corporais a terceiros de R\$ 1.000 com vigência até junho de 2013.

24. SINISTRO

Durante o período entre 17 a 20 de junho de 2010, ocorreram fortes chuvas nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Em decorrência, a linha Tronco Sul Recife, que liga Cabo (PE) a Porto Real do Colégio (AL), sofreu danos nos vários trechos, desde o Km 29 até o Km 450, causados por alagamentos em diversas localidades, afetando a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. A Companhia possui seguro contratado com a seguradora MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A., cuja apólice de Risco de Engenharia possui cobertura para perdas em obras civis em construção.
 Desde o ocorrido foram realizados levantamentos físicos e diversas vistorias das áreas atingidas pelos peritos designados pela seguradora, resseguradores e pelos técnicos da Companhia. No final de dezembro de 2012, foi finalizado um acordo entre as partes cuja indenização a ser recebida pela Companhia até fevereiro de 2013 totaliza R\$ 16,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia recebido R\$ 14 milhões. Desde então, a Companhia vem realizando levantamento para apurar o valor real do custo do ativo imobilizado atingido e o mesmo será baixado em suas demonstrações financeiras ao final da apuração, líquido do valor

recebido de indenização. A expectativa é que este registro ocorra ainda no primeiro semestre de 2013.

No segundo semestre de 2012, O Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística - Rodovias e Ferrovias, composto por um conjunto de programas, coordenados pelo Ministério dos Transportes, juntamente com a ANTT e VALEC, como objetivo principal reduzir os custos logísticos e melhorar a infraestrutura de transportes, tendo como uma de suas etapas a priorização da restauração de trechos que apresentam baixa densidade de tráfego e de funções importantes no atendimento ao mercado.

Neste anúncio foram incluídos trechos relacionados a malha ferroviária, do qual o trecho sinistrado Cabo - Porto foi incluído e deverá ser um dos objetos do programa do Governo Federal. Até o presente não foi regulado a forma que este programa será aplicado, incluindo as condições, contrapartidas, período de vigência, etc. Quando tal regulação for divulgada a Companhia poderá avaliar também os possíveis impactos referentes a devolução dos trechos concedidos em suas Demonstrações Financeiras.

25. COMPROMISSOS FUTUROS

Tendo em vista a previsão de início das operações comerciais da ferrovia Nova Transnordestina em 2014, a Administração da Companhia vem envidando esforços no sentido de firmar contratos de longo prazo junto aos potenciais clientes. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia já possuía aproximadamente R\$ 600 milhões em contratos assinados para prestação de serviços futuros.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	31/12/2012
Capitalização de juros	123.019
Aquisição de imobilizado em fornecedores	225.000
Reclassificação de “outros passivos circulantes” para “provisão para contingências”	7.300
Aumento de capital com utilização de créditos registrados como AFAC	367.386

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

Em 25 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração, aprovou o aumento de capital social, mediante a emissão de 89.541 (oitenta e nove mil, quinhentas e quarenta e uma) novas ações nominativas preferências, classe B, sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 60,58 (sessenta reais e cinquenta e oito centavos), perfazendo o total de R\$ 5.424.393,78 (cinco milhões, quatrocentos e vinte quatro mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos), com a participação integral nos resultados da sociedade a serem subscritas pelo Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizado pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas Companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuri, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

DIRETORIA

Angelo José de Carvalho Baptista
Diretor Presidente
Carlos Ernesto Telles Esmeraldino
Diretor de Logística
Marcello Barreto Marques
Diretor de Negócios
Edison Pinto Coelho
Diretor de Implantação
Ricardo Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Steinbruch
Conselheiro
Rubens dos Santos
Conselheiro
Juarez Saliba de Avelar
Conselheiro
Enéas Garcia Diniz
Conselheiro
Marília Dalva Costa Vieira
Conselheira

Samia Costa Lima – CRC CE 015.763-0/0 – Contadora responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transnordestina Logística S.A. - Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.

Ênfase

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia. A recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado depende do sucesso das operações futuras da Companhia, bem como, do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que as operações se tornem rentáveis. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de 2011

As demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 16 de março de 2012 com parágrafo de ênfase relacionado à continuidade dos negócios da Companhia.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 26 de março de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O - 8 “F” CE
Ruti Amaral Ramos Bomfim
Contadora
CRC 1RJ 048.044/0-8 “T” BA “S” CE

Deloitte.